



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 24 – nº 92 – Setembro 2013

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

A “Globalização da indiferença” e a criminalização das migrações

PORTUGUÊS	3
País de origem pode ser obstáculo na conquista de cidadania, sugere estudo	3
AP proíbe uso do termo “imigrante ilegal”	5
Pesquisadores lançam guia de orientação sobre migrações e diversidade cultural para comunicadores.....	5
Angola avisa imigrantes ilegais para que saiam voluntariamente	6
Portugal é o país europeu mais preocupado com imigração ilegal	7
Migração: processo espontâneo é criminalizado. Entrevista especial com Helion Póvoa Neto	8
ENGLISH	11
Immigration seen as Britain's biggest problem: Poll.....	11
Majority of U.S. citizens say illegal immigrants should be deported.....	11
Germany rejects Romania and Bulgaria's bid to roam Europe without passport amid fears of 'immigrant invasion'.....	12
Georgia e Alabama Still See Undocumented Workers Despite Strict Immigration Laws.....	14
How Switzerland Is Quietly Criminalizing Its Asylum Seekers	15
Immigrant deportation bill among headliners of California Legislature's final week	17
ESPAÑOL	18
Dos tercios de españoles creen que España tiene demasiados inmigrantes	18
En la trinchera griega contra la inmigración	19
HRW advierte del enorme coste humano y financiero del aumento de los procesos judiciales contra inmigrantes en EE UU	20
Londres lanza polémica campaña para que inmigrantes ilegales abandonen el país	22
Canadá impulsa ley para deportar inmigrantes con antecedentes penales	22
En la trinchera griega contra la inmigración	23
Rusia: Cómo sacar de la sombra a los trabajadores ilegales	24
ITALIANO	25
Kyenge, quattro mesi di insulti e razzismo: la vita agra del primo ministro afro-italiano.....	26
Cipro: gli immigrati vengono trattati come criminali, denuncia Amnesty International.....	27
L’Austria ai rifugiati: zitti o tornate a casa.....	28
Francia: violenza contro la comunità musulmana in aumento, denuncia il comitato contro l’islamofobia francese.....	29
Immigrati. New York Times: Cei sono crudeli	29
“Parlare civile”, un vademecum per comunicare senza discriminare	30

EDITORIAL

Nos dias de hoje é bastante comum ouvir dizer que o planeta terra tornou-se uma pequena “aldeia global”: as comunicações entre pessoas são cada vez mais intensas, rápidas e baratas, enquanto os meios de transportes permitem ao ser humano se libertar de numerosas limitações espaço-temporais. Além disso, a humanidade está cada vez mais consciente dos direitos inalienáveis de cada pessoa. Crimes hediondos como escravidão, preconceitos raciais, campos de concentração, guerras são apenas longínquas lembranças de épocas passadas.

No entanto, lendo as manchetes de revistas e jornais, temos a impressão de que a realidade seja um pouco diferente. Os avanços tecnológicos não envolvem, necessariamente, um maior grau de civilização – como assevera Tzvetan Todorov – ou respeito pela dignidade e pelos direitos dos seres humanos, sobretudo quando estes são migrantes, refugiados, solicitantes de asilo, deslocados ambientais, enfim, pessoas que saem ou fogem da terra natal e pedem um pequeno “espaço geográfico e social” onde recomeçar suas vidas. Estes deslocados da aldeia global, muitas vezes, são tratados como “criminosos” apenas por serem diferentes ou então por terem praticado uma infração administrativa: residir no território sem a documentação imigratória (regular).

O processo de “criminalização”, geralmente, se reproduz a partir de um círculo vicioso: determinadas ações de “contenção” da imigração são realizadas em nome da “segurança nacional”, da “defesa da identidade cultural” ou da “superação da crise econômica”; essas práticas, *volens nolens*, acabam alimentando estereótipos e tipificações que dificultam ou impedem o delicado processo integrativo dos estrangeiros. A conseqüente escassa coesão social acaba confirmando os estereótipos e a necessidade de reproduzir com maior amplitude e intensidade as supracitadas práticas. Vejamos alguns exemplos dessas práticas.

Em muitos países, o aumento da imigração tem levado à construção de Centros de Identificação de Expulsão (CIE) em que frequentemente migrantes, refugiados ou solicitantes de asilo são obrigados a ficar por numerosos meses, aguardando que a própria situação seja avaliada pelas autoridades competentes. Um recente artigo do New York Times afirma que a diferença entre um CIE na Itália e uma prisão é apenas “semântica”. Esse confinamento ou “separação geográfica” entre os imigrantes e os autóctones ocorre, por vezes, de forma mais discreta, como é o recente caso da Suíça, onde refugiados e solicitantes de asilo são alocados em áreas montanhosas e longe dos centros urbanos.

Em outros casos, a separação do diferente se dá de forma preventiva, ou seja, tentando evitar a chegada, o contato. Opta-se, portanto, pela construção de barreiras, muros e valas em áreas fronteiriças, como ocorreu recentemente na Grécia e na Eslováquia. Na realidade, as barreiras, antes que desestimular a imigração, levam os migrantes à busca de rotas mais perigosas, recorrendo, não raramente, a atravessadores inescrupulosos. Cabe, lembrar, também que, por vezes, essas barreiras são “encomendadas” por países limítrofes, preocupados em reduzir a imigração e, ao mesmo tempo, em preservar a própria imagem – o que é chamado de “externalização das fronteiras”.

Finalmente, quando os mecanismos de controle das fronteiras não surtem efeitos, recorre-se à deportação ou à repatriação “voluntária”. Essas práticas, conforme organizações de defesa dos direitos dos migrantes, não raramente, são realizadas de forma massiva ou com finalidades explicitamente intimidatórias, pois a “deportabilidade” - na conhecida expressão de Nicholas De Genova – visa, antes de tudo, garantir a “docilidade” dos imigrantes. Chama atenção, nessa perspectiva, o que ocorreu recentemente na Áustria, onde um grupo de solicitantes de asilo do Paquistão, que protestaram pelas péssimas condições em que viviam, foram imediatamente repatriados. Em todos esses casos, a forçada separação geográfica de migrantes e refugiados é suficiente para criar representações sociais negativas, que alimentam a criminalização dos migrantes.

Isso se torna ainda mais grave se, ao lado da segregação geográfica, há também uma segregação social ou simbólica que dificulta a integração dos migrantes e alimenta ideologias extremamente questionáveis, como o caso do conflito entre civilizações de Samuel Huntington. O

símbolo mais recente dessa segregação simbólica é representado pela Ministra italiana da Integração Cécile Kyenge, de origem congoleza, que, nos últimos meses, foi tachada de “macaco”, “prostituta” ou “fedida”. O que chama a atenção não são apenas as ofensas racistas e xenófobas, mas o fato de que tenham sido lançadas por autoridades públicas e membros de partidos políticos, geralmente de direita ou de extrema direita.

Esta é outra característica do processo de criminalização: ser fomentado pelas próprias autoridades públicas, às vezes em nome da pragmática luta contra a crise econômica – os imigrantes estariam prejudicando o equilíbrio orçamentário público -, outras vezes, como no caso de Israel, para evitar a contaminação com o diferente - os africanos “corrompem a alma judia” do país -, ou até por razões religiosas – é necessário preservar a identidade cristã do mundo ocidental. Seja como for, o resultado disso é o aumento das manifestações populares contra imigrantes enquanto categoria coletiva, com a consequente crise do processo de integração e de coesão social.

Enfim, a criminalização do outro passa sempre por um processo de demonização, em que o “diferente” é rotulado mediante a inclusão em categorias coletivas, geralmente imbuídas de conotações negativas. Isso gera o que Papa Francisco em Lampedusa chamou de “globalização da indiferença”, que pode ser resumida desta maneira: “por que ‘criminosos’ que tentam entrar no nosso país merecem nossa solidariedade...? Para enfrentar a globalização da indiferença é fundamental desmistificar as representações sociais negativas que envolvem os migrantes. Além disso, é bom não esquecer que no tratamento “bárbaro” – no sentido de Tzvetan Todorov - que se dá aos imigrantes ressuscita-se aquele gérmen que, nos meados do século passado, provocou o assassinato de cerca de 50 milhões de pessoas. Tem futuro uma “aldeia global” onde não há mais responsabilidade pelo próprio irmão?

PORTUGUÊS

País de origem pode ser obstáculo na conquista de cidadania, sugere estudo

Um estudo realizado com dados da Suíça pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e pela London School of Economics (LSE) concluiu que o país de origem do imigrante pode ser o maior obstáculo para a conquista da cidadania em outro país.

William Márquez

Ao analisar dados acumulados durante décadas no setor de imigração suíço, os autores da pesquisa viram que, mesmo quando um imigrante cumpre todos os requisitos, como um bom nível de educação acadêmica, habilidades de trabalho e domínio do novo idioma, seu país de origem pode ser uma "grande desvantagem" quando tenta se naturalizar.

A pesquisa também sugere que os padrões de discriminação contra uma pessoa de um país em particular mudam de acordo com algumas circunstâncias sociais, e eventuais preconceitos podem desaparecer com a interação da população local com grupos de imigrantes.

Apesar de o estudo ter se concentrado em dados da Suíça, os pesquisadores afirmam que os resultados podem ser aplicados no debate sobre imigração em outros países, como os da Europa e os Estados Unidos.

Décadas analisadas

Em vários municípios suíços, os eleitores podiam "votar" em uma espécie de referendo secreto sobre se são a favor ou contra o pedido de cidadania do candidato. Os eleitores davam o seu parecer baseado em apostilas que recebiam, com informações detalhadas sobre o imigrante, como nível de educação, trabalho, situação familiar, há quantos anos mora na Suíça e seu país de origem.

Os professores de ciência política Jens Hainmueller, do MIT, e Dominik Hangartner, da LSE, analisaram os resultados desses referendos em várias regiões da Suíça entre os anos de 1970 e 2003.

"Queríamos saber quais são as causas dos sentimentos anti-imigrantes que se manifestam em muitos países da Europa Ocidental e EUA", disse Hainmueller à BBC Mundo.

Os pesquisadores se aproveitaram do fato de que, nestas regiões da Suíça, os cidadãos podiam votar em segredo - dando, portanto, sua opinião sem temer serem considerados politicamente incorretos -, a favor ou contra cada pedido de cidadania.

"Esses cidadãos estavam, basicamente, realizando um referendo sobre cada solicitante, e isso nos permitiu diferenciar quais os imigrantes tinham a probabilidade de serem aprovados e quais seriam recusados", afirmou Hainmueller.

E o país de origem, segundo os pesquisadores, era o fator mais decisivo para a aceitação ou recusa dos pedidos.

"Com tudo igual - mesmo nível nos requisitos, mesmo período de residência (na Suíça), as mesmas condições, na mesma municipalidade -, as taxas de recusa são dramaticamente diferentes apenas porque (a pessoa) veio de um país 'errado'", disse o professor.

Democracia

É razoável pensar que o preconceito em relação à origem do imigrante possa esconder outros tipos de preconceito, como o racismo, ou o pensamento de que os cidadãos de um certo país são menos educados, pertençam a uma religião considerada problemática etc.

Mas a decisão final é mesmo baseada no país de origem, garantiu o professor.

Após uma reclamação encaminhado a uma das municipalidades suíças, os cidadãos perderam o direito de decidir sobre quem receberia a cidadania - função que foi passada a um grupo de funcionários eleitos.

No primeiro ano, as taxas de aceitação aumentaram 50% e foram crescendo ano a ano até chegarem a quase 100%, o que sugere que os imigrantes são mais favorecidos por mecanismos de democracia representativa do que de democracia direta.

"Deixar que o povo vote pode parecer uma maneira muito legítima de decidir políticas. Mas há um grande custo para as minorias se a maioria decide com base em suas preferências, que podem ser discriminatórias", acrescentou Jens Hainmueller.

Nos Estados Unidos não existe um sistema de referendos semelhante ao suíço - e não se pode saber quais seriam os resultados se os americanos votassem por esse mecanismo. Mas a discussão sobre a imigração é igualmente politizada.

Ameaça cultural

David Laitin, professor de Ciência Política da Universidade de Stanford, na Califórnia, disse que, apesar dos sistemas diferentes, os resultados da pesquisa realizada pelo MIT e LSE são relevantes para os Estados Unidos.

"Apesar de não podermos demonstrar, (a pesquisa) sugere que a ameaça cultural de uma onda de imigrantes de apenas um país pode deixar os (cidadãos) locais mais assustados do que a ameaça econômica de um grande número de imigrantes procedentes de uma variedade de países", afirmou Laitin à BBC.

"O estudo implica que esse medo da cultura latina - e não o temor de que os imigrantes se apoderem dos trabalhos e serviços sociais - é o que gera a oposição à reforma imigratória."

Hainmueller, do MIT, fez seus próprios estudos nos Estados Unidos sobre as atitudes em relação à imigração e descobriu que os americanos têm outras preocupações.

"Americanos de todas as faixas, níveis de educação e afiliação política mostraram interesse nos níveis de educação dos imigrantes, sobretudo profissões como medicina e tecnologia, no idioma, se têm planos concretos de trabalhar e se entraram legalmente no país", afirmou o professor.

Mas para Laitin, de Stanford, os americanos resistem há tempos a qualificar os pedidos de cidadania dos imigrantes de acordo com níveis acadêmicos ou linguísticos, como ocorre em outros países.

"As regras antielitistas - e alguns diriam anti-intelectuais - dos Estados Unidos ajudaram a sustentar uma sociedade igualitária", disse.

Conceitos mutantes

De qualquer forma, os dois professores concordam que as atitudes e preconceitos em relação aos imigrantes mudam com o tempo. O estudo na Suíça é uma imagem congelada de uma época, e não é um resultado geral do que são os suíços na história ou o que serão no futuro.

Hainmueller observou ainda que, à medida que há um maior contato com grupos imigrantes de uma região em particular, os preconceitos contra esse grupo tendem a desaparecer.

O efeito contrário pode ser corroborado com um estudo feito nos Estados Unidos, com exemplos da Alemanha, França, México, Filipinas, Polônia, Índia, China, Somália, Sudão e Iraque.

"As diferenças não eram tão grandes em termos de país de origem, comparado com outras

características, exceto o Iraque, onde o sentimento negativo é muito destacado", afirmou.

Outro dado importante recolhido na pesquisa é a opinião muito negativa sobre as pessoas que entraram sem autorização no país.

AP proíbe uso do termo “imigrante ilegal”

O debate sobre o termo “imigrante ilegal” continua nos EUA. Dessa vez, a Associated Press fez alterações no seu manual de estilo sobre como a agência descreve as pessoas que moram ilegalmente em um país. Segundo a vice-presidente e editora-executiva Kathleen Carroll, o manual não autoriza mais o uso do termo “imigrante ilegal” para descrever uma pessoa. Em vez disso, recomenda que o termo “ilegal” seja usado apenas para descrever uma ação, como viver ou imigrar ilegalmente. Uma variação seria entrar ou viver em um país ilegalmente ou sem permissão legal. Exceto em citações, os textos da AP não devem mais conter termos como “ilegal”, “sem documentos” ou “estrangeiro ilegal”.

Também não é aconselhado descrever que pessoas violaram leis de imigração sem atribuição e deve sempre ser especificado como as pessoas entraram ilegalmente no país e de onde vieram. Pessoas que foram levadas ao país quando crianças não devem ser descritas como terem migrado ilegalmente. Para aqueles que receberam o direito temporário de permanecer nos EUA sob o programa Ação Diferida para Chegada de Crianças, deve ser usado o status de residente temporário, com detalhes sobre o programa na matéria.

Rótulos

Anteriormente, o uso do termo “sem documentos” já havia sido rejeitado pela AP, por não ser preciso

Pesquisadores lançam guia de orientação sobre migrações e diversidade cultural para comunicadores

Preocupados com o modo como os/as migrantes haitianos/as, africanos/as e sul-americanos/as vêm sendo retratados pela mídia brasileira, um grupo de pesquisadores e integrantes de organizações brasileiras focadas no tema migração elaboraram o Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores. O objetivo é esclarecer as diversas situações que envolvem as

“É uma opinião que poderia ser descrita como politicamente incorreta neste momento, mas define uma postura muito rígida”, afirmou.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/780-pais-de-origem-pode-ser-obstaculo-na-conquista-de-cidadania-sugere-estudo> - 08.02.2013

– uma pessoa pode ter vários documentos, mas não ter os necessários para uma residência legal. As discussões sobre “imigrante ilegal”, no entanto, continuaram, mesmo depois de a agência ter defendido o uso do termo. Na época, acreditou-se que era realmente a melhor escolha e, com a evolução constante da língua inglesa, encontraria-se outro termo.

Mas a AP também debatia outras áreas do guia de estilo. Na de saúde, por exemplo, parou-se de rotular pessoas com esquizofrenia de “esquizofrênicas”; elas passaram a ser chamadas de “diagnosticada com esquizofrenia”. Este argumento sobre não mais rotular pessoas, e sim comportamentos e ações, trouxe de volta a discussão sobre o uso de “imigrante ilegal”.

Chegou-se à conclusão que, para que o manual fosse consistente, deveriam ser feitas novas mudanças. “A nova orientação dificultará o trabalho dos jornalistas? Talvez um pouco no começo. Mas enquanto rótulos podem ser mais fáceis, não são precisos”, ressalta Kathleen.

Mudanças fazem parte do manual de estilo da AP porque o idioma está em constante transformação, enriquecido por novas palavras, frases e usos. A atualização foi feita no manual online em inglês e em espanhol. Também será incluída na nova edição impressa.

Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ap_proibe_uso_do_termo_ldquo_imigrante_ilegal_rdquo - 04.04.2013

migrações e assim, contribuir com a humanização da cobertura jornalística sobre esses casos.

Isso porque, este grupo tem observado que as notícias da imprensa brasileira sobre a vinda destes migrantes para o país são, geralmente, permeadas por um tom de “criminalização e alarmismo” que ferem os princípios de direitos humanos destes/as cidadãos/ãs. Os/as pesquisadores/as esclarecem que o Congresso

Nacional e diversas organizações sociais vêm se empenhando em mudar a legislação migratória brasileira para ampliar os direitos políticos de imigrantes que residem no Brasil, com as Propostas de Emendas à Constituição (PECs) 119/11 e 25/2012. Sendo assim, as notícias discriminatórias não estão sendo compatíveis com a realidade e o esforço político brasileiro.

"Entendemos que, nesse contexto, as mídias têm um papel relevante e estratégico que pode ser exercido através de uma abordagem humanizada do fenômeno migratório que não contribua para reforçar situações de desigualdades, discriminação, racismo, xenofobia e violência em relação aos(às) imigrantes", ressaltam.

Para reverter e alinhar esta situação, as organizações e pesquisadores/as signatários do Guia entendem que a cobertura midiática comprometida com os direitos humanos nas migrações transnacionais deve abordar a migração como "experiência sociocultural que envolve sujeitos e vidas humanas", que nem sempre estão associadas a situação de pobreza e para entender

a complexa diversidade que impulsiona a migração é preciso não generalizar grupos migrantes com situações de "criminalidade, delinquência e conflito".

Eles lembram ainda que sob a ótica dos direitos humanos "todo/a cidadão/ã tem direito à livre circulação e residência e, nessa perspectiva, o uso de termos como ilegal, irregular, clandestino/a e indocumentado/a, pode assumir uma conotação pejorativa", por isso, é importante ter cuidado no uso do termo "ilegal" para não confundir infração administrativa de infração criminosa. Além disso, as corretas notícias sobre o fenômeno migratório podem servir de base de dados para estudos desta realidade global.

Para consultar e/ou baixar o Guia gratuitamente, acesse: www.guiamigracoesdivcult.com

O guia tem à frente as pesquisadoras Denise Cogo e Maria Bedet.

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=75115> - 06.05.2013

Angola avisa imigrantes ilegais para que saiam voluntariamente

Angola lançou uma campanha de sensibilização dos imigrantes ilegais, para que abandonem o país de forma voluntária, disse hoje em Luanda o secretário de Estado do Interior.

"Quem vem para aqui, para desestabilizar política e socialmente, e traz outros costumes e atos que não estão de acordo com a nossa cultura, nós vamos convidar a sair", garantiu Eugénio Laborinho.

O governante angolano falava à imprensa no final de um encontro de trabalho com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Francisco Almeida Leite, no quadro da visita oficial que este está a efetuar desde segunda-feira a Angola.

"O combate à criminalidade organizada e à imigração ilegal são, neste momento, os objetivos principais do Ministério do Interior", acrescentou Eugénio Laborinho.

Segundo o governante angolano, além da cooperação internacional, Angola conta com o apoio e participação das Forças Armadas Angolanas, nas zonas limites do país, e da população.

O plano de ação das autoridades angolanas assenta na colaboração da população, que deve declarar os imóveis que são alugados aos imigrantes ilegais, com os imigrantes que forem classificados como "nocivos" a serem

posteriormente convidados a sair voluntariamente de Angola.

Alguns dos imigrantes ilegais, sobretudo da vizinha República Democrática do Congo, têm estado a sair voluntariamente, sobretudo a partir das províncias da Lunda Norte e do Uíge.

"Mas há aqueles que ainda insistem, porque o objetivo é o seguinte: entram no país, vêm como estrangeiros, como refugiados e depois aqui implantam-se e não querem sair", disse.

Eugénio Laborinho frisou que as autoridades estão ainda na fase de sensibilização para a saída voluntária.

"Estamos numa primeira fase a sensibilizar, a educá-los que isto é um país organizado. Não pode continuar a haver estrangeiros que a coberto de refugiados vêm de facto desestabilizar a situação política, económica e social do país", garantiu.

As autoridades angolanas estão também a contactar as embaixadas e consulados em Luanda dos países de onde são originários os imigrantes ilegais.

"Nós não vamos violentar ninguém. Os que têm de facto investimento aqui, que têm estado a ajudar o país a desenvolver-se, que têm tido um

comportamento digno, nós vamos manter, até vamos apoiar os investimentos. Mas quem vem para aqui para desestabilizar política e socialmente, e traz outros costumes e atos que não estão de acordo com a nossa cultura, nós vamos convidar a sair", concluiu.

No passado dia 07, o ministro do Interior de Angola, hngelo Tavares, referiu-se ao fenómeno da

imigração ilegal, considerando que atingiu nos últimos tempos "dimensões preocupantes", constituindo "ameaça à estabilidade política, económica e social, bem como à segurança nacional".

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1297-angola-avisa-imigrantes-ilegais-para-que-saiam-voluntariamente> - 12.06.2013

Portugal é o país europeu mais preocupado com imigração ilegal

Portugal é o país europeu onde existe maior preocupação com a imigração ilegal, com uma taxa de 88%, revela a 12ª edição do inquérito internacional "Transatlantic Trends 2013", hoje divulgado.

O estudo, realizado anualmente, indica que 74% dos inquiridos portugueses referem não estar preocupados com a imigração legal (apenas 26% manifestam receio), mas quando questionados sobre a imigração ilegal surgem em primeiro lugar, à frente da Itália (86%) e do Reino Unido (80%).

A sondagem foi conduzida em junho de 2013 pela "TNS Opinion" nos Estados Unidos, Turquia e em 11 Estados membros da União Europeia: Alemanha, Eslováquia, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia e Suécia.

Em todos os países sondados os entrevistados sobrestimam a percentagem de imigrantes na sua população, mas na Europa Portugal volta a ser o país em que esta avaliação é mais elevada (34,6%), com uma média de 22,9% na União Europeia (UE). A atual população imigrante em Portugal situa-se oficialmente nos 8%.

Nos Estados Unidos (61%) e na Europa (52%), a maioria considera que os imigrantes de primeira geração estão a integrar-se bem nos países respetivos, com 72% de respostas positivas em Portugal. E em relação à integração dos filhos dos imigrantes, a designada segunda geração, as respostas são na globalidade ainda mais positivas, com 59% dos europeus a concordar, incluindo 82% em Portugal.

No entanto, o estudo revela um descontentamento com a gestão dos governos face à política de imigração, com 68% dos norte-americanos a criticar a administração da Casa Branca nesta área, e 58% dos europeus a censurarem os seus responsáveis políticos.

Em Portugal as opiniões dividem-se, com 41% a considerarem que o governo faz um bom trabalho, e 44% com posição contrária.

Quando questionados se "os imigrantes tiram os empregos dos nacionais", Portugal surge de novo dividido, com 53% a discordar e 45% a concordar (para uma média de 62% de europeus que recusam essa consequência nos seus países).

Nos EUA e Europa, a maioria considerou, no entanto, que os imigrantes "são um peso para os serviços sociais", mas rejeitaram que os imigrantes constituam "uma ameaça à cultura nacional", antes considerando que os imigrantes "enriquecem a cultura".

Sobre a emigração, Portugal volta a destacar-se com 88% dos inquiridos a considerarem que constitui um problema para o país, quando 57% dos entrevistados europeus opinou que não constitui um problema. Um valor que ascende a 69% nos Estados Unidos.

O inquérito revela ainda que na Turquia, 44% dos entrevistados continuam a apoiar a adesão à UE (74% em 2004), enquanto 34% considerou que seria negativo (mais nove pontos percentuais face a 2004).

Na UE, 33% por cento dos inquiridos rejeitaram a adesão da Turquia, 20% afirmaram que seria positiva e 37% revelaram-se indecisos.

A "Transatlantic Trends" é uma sondagem anual de opinião pública, conduzida pelo German Marshall Fund of the United States (GMF) e pela Compagnia di San Paolo (Turim, Itália), com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Fundação BBVA (Espanha), Fundação Communitas (Bulgária), Ministério dos Negócios Estrangeiros sueco, e Barrow Cadbury Trust (Reino Unido).

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/1696-portugal-e-o-pais-europeu-mais-preocupado-com-imigracao-ilegal> - 18.09.2013

Migração: processo espontâneo é criminalizado. Entrevista especial com Helion Póvoa Neto

“As pessoas devem ter o direito de migrar para onde haja condições melhores de vida”, declara o geógrafo.

De um processo espontâneo, a migração passou a ser criminalizada em alguns países, a exemplo da França, que atribui aos imigrantes algumas dificuldades econômicas e sociais dos últimos anos. Estudioso do tema, o professor Helion Póvoa Neto (foto abaixo) esclarece que existem duas formas de criminalizar os imigrantes. Uma delas, recorrente nos Estados Unidos e na Europa, consiste em prender e mesmo processar as pessoas que atravessam a fronteira de forma irregular, ou aquelas que permanecem no país com o visto vencido. A outra, enfatiza, diz respeito ao anti-imigrantismo, onde a sociedade e os políticos responsabilizam os imigrantes pelo desemprego e pela falta de segurança. Para ele, apesar das polêmicas em torno das migrações, “todos os países tentam de alguma maneira selecionar quem atravessa as fronteiras e quem se estabelece. Acontece que esse é um processo muito difícil, já que se trata de um processo espontâneo”.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por telefone, Póvoa Neto explica as principais transformações em relação às migrações, com destaque para a feminização da migração. Segundo ele, “hoje em dia é cada vez mais comum a mulher migrar sozinha ou liderar o processo de migração. As mulheres já são mais ou menos a metade dos migrantes internacionais em todo o mundo”. O pesquisador também comenta as recentes migrações para o Brasil e critica a postura da mídia brasileira em relação aos imigrantes haitianos e europeus. “A mídia aborda com muito mais benevolência e muito mais receptividade a migração recente de europeus do que a de os outros imigrantes. Há um discurso de que o Brasil deveria incentivar principalmente a imigração qualificada, só que, na medida em que o Brasil se torna uma economia mais forte, inevitavelmente vai receber imigrantes da América Latina e Caribe”, assinala.

Helion Póvoa Neto é graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Leciona no Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também coordena o Núcleo Interdisciplinar de

Estudos Migratórios – NIEM, além do grupo de trabalho Migrações Internacionais, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Hoje quais são os grandes fluxos migratórios no mundo?

Helion Póvoa Neto – Em primeiro lugar, os grandes fluxos migratórios são aqueles que vão para as grandes áreas desenvolvidas. América do Norte e Europa Ocidental são as grandes áreas de atração dos migrantes econômicos. Porém, existem também grandes fluxos migratórios para países subdesenvolvidos. Outra área importante é o Oriente Médio: países do Golfo e da área de produção de petróleo recebem muita migração, principalmente de países árabes e asiáticos. E a outra área de migração importante é o extremo Leste Asiático, o Japão e os Tigres Asiáticos. Essas são as áreas do mundo que mais recebem migrantes.

IHU On-Line – Quais são as razões destes fluxos migratórios?

Helion Póvoa Neto – As razões das migrações estão relacionadas à busca de melhores condições de vida, de salário e de sobrevivência. Em geral, as razões são o desemprego, a fome, a pobreza, embora nem sempre sejam os mais pobres que migram. Normalmente são os que têm alguma condição, algum tipo de articulação que facilita a migração. Mas, de forma geral, as áreas de saída dos migrantes são pobres, de mais dificuldade econômica, mais desemprego.

Além de motivos econômicos, as pessoas migram por causas sociais, políticas, de discriminação e de guerras. Esse tipo de deslocamento recebe um nome especial: são os refugiados. Eles são migrantes marcados por uma causa política. Acontece que, entre a causa econômica e política, existem muitas situações mistas. Entre aqueles que entram na migração só por causa econômica e migração só por causa política, há casos que misturam essas duas questões.

IHU On-Line – De que regiões do mundo essas pessoas saem para ir à Europa, Japão, para a América do Norte?

Helion Póvoa Neto – Depende de cada país. Nos Estados Unidos, é marcante a imigração de latino-americanos, além dos asiáticos. Na Europa Ocidental, é muito marcada a imigração vinda dos países do leste Europeu, da África, da Ásia e da América Latina. Quer dizer, a Europa concentra imigração de praticamente todos os continentes. O Oriente Médio, principalmente a área do Golfo Pérsico, recebe muitos migrantes do norte da África e da Ásia. O Leste Asiático recebe principalmente migrantes da própria Ásia.

IHU On-Line – *Os migrantes climáticos já são reconhecidos juridicamente como tais?*

Helion Póvoa Neto – Algumas pequenas ilhas estão enfrentando um processo de perda do território em função da subida do nível do mar. Porém, isso ainda não é extremamente significativo em relação às migrações. Entretanto, fenômenos como o processo de desertificação estão gerando migrações. Boa parte das migrações na região norte da África, região próxima ao Deserto do Saara (Sudão, Somália) está associada a esse processo, além, obviamente, das causas políticas. Geralmente a migração climática não é causada só pelo clima; ela está articulada a uma causa econômica ou política. Hoje o Sudão é um país que tem um dos maiores deslocamentos de refugiados para fora do país. Isso está associado ao processo de desertificação, que faz com que as terras para agricultura fiquem mais escassas, e às rivalidades étnicas, religiosas e culturais, que fazem com que as terras fiquem ainda mais disputadas.

IHU On-Line – *É verdade que as mulheres constituem uma porcentagem cada vez maior dos migrantes? Por quê?*

Helion Póvoa Neto – É verdade. Tanto é que existe uma expressão que fala na “feminização da migração” em nível internacional. As mulheres, até algumas décadas atrás, em geral, não migravam sozinhas. Elas migravam junto de sua família, acompanhando os pais ou os maridos. Hoje em dia, é cada vez mais comum a mulher migrar sozinha ou liderar o processo de migração. Elas já são mais ou menos a metade dos migrantes em todo o mundo.

É interessante observar que mulheres, muitas vezes, migram sozinhas e se responsabilizam pelos seus filhos. Há o caso curioso das equatorianas na Espanha: elas migram e passam a enviar dinheiro para a família e o marido, que ficou responsável pelo trato com a família no país de origem. Até a algumas décadas atrás ocorria o

contrário, ou seja, o homem é que se responsabilizava geralmente pela migração e envio de remessas.

IHU On-Line – *Quais as razões dessa inversão?*

Helion Póvoa Neto – Essa feminização ocorre porque, nos países mais ricos, há a possibilidade de as migrantes trabalharem com o serviço doméstico, principalmente cuidando de crianças ou idosos. Então, acaba acontecendo de muitas mulheres ocuparem esses postos de trabalho. Isso cria uma demanda muito grande de trabalho feminino e as mulheres tendem a migrar. Para as sociedades mais tradicionais, essa situação era muito difícil, pois em geral as mulheres eram impedidas pelos pais ou pelo marido de migrarem para outro país. Antigamente a sociedade como um todo condenaria essa decisão. Hoje em dia isso é mais comum.

IHU On-Line – *Você fala em “criminalização” da migração. O que se deve entender por este fenômeno? Ele é diferente do “anti-imigrantismo”?*

Helion Póvoa Neto – Quando falamos de criminalização, estamos falando do fato de que em muitos países o ato de migrar irregularmente tem se tornado um crime. Isso já acontece, por exemplo, em alguns estados dos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Existe o crime de migração, ou seja, se uma pessoa atravessa a fronteira de forma clandestina e irregular, ou se permanece por mais tempo do que poderia de acordo com o período previsto no visto, a polícia a retém, e ela pode ser processada pelo crime de migração, ainda que não tenha cometido nenhuma outra infração. A pessoa é processada e até condenada à prisão pelo fato de ter migrado irregularmente.

Existe ainda outro sentido presente no anti-imigrantismo. Nesse caso, a sociedade, as forças políticas, os partidos políticos criminalizam o migrante não no sentido de prender, mas de lhe atribuir os problemas da sociedade. Quer dizer, o imigrante é apontado como responsável pelo desemprego, pela falta de segurança, pela sobrecarga dos serviços públicos. Estamos vendo isso claramente nas eleições francesas. O discurso do Sarkozy criminaliza os migrantes no sentido de dizer que a insegurança nas ruas e os conflitos da sociedade ocorrem por causa deles. Nesse sentido, essa visão criminalizante acaba virando uma ideologia anti-imigrantista, que tenta “vender” a ideia de que se deve impedir a chegada dos imigrantes, ou de mandar embora todos os imigrantes que estão em situação irregular. A

candidata francesa mais à direita, Marine Le Pen, leva ao extremo essas propostas.

IHU On-Line – O Brasil, no contexto da América Latina, está se transformando em um polo de atração migratória recente. A que se deve este fenômeno e no que ele se diferencia de outros movimentos migratórios que o Brasil já teve?

Helion Póvoa Neto – Durante cem anos, até meados do século XX, o país foi polo de atuação dos imigrantes, principalmente europeus, mas também japoneses e árabes. Por causa da Segunda Guerra Mundial, esse processo foi interrompido e, quando a guerra acabou, houve uma retomada das migrações. Até meados nos anos 1960, o Brasil ainda recebia imigrantes. Nos anos 1980 e 1990, o país começou a receber uma imigração muito diferente daquela que havia antes da Segunda Guerra Mundial, porque não era mais de europeus, e sim de sul-americanos, com destaque para os bolivianos, argentinos, paraguaios e peruanos e, posteriormente, os asiáticos, mas não mais os japoneses, e sim os chineses e sul-coreanos. Em menor número, também os africanos. Esse perfil se mantém até agora. A imigração de hoje é muito menor do ponto de vista quantitativo.

Nos últimos três ou quatro anos, o Brasil está recebendo novamente imigrantes europeus, principalmente portugueses e espanhóis. Trata-se de uma imigração completamente diferente da imigração de antes da Segunda Guerra Mundial, porque aquela era basicamente de agricultores e operários. A imigração recente é de profissionais liberais, funcionários de grandes empresas ou profissionais autônomos com uma qualificação completamente diferente. Por outro lado, recebe-se imigrantes haitianos, mas é um grupo pequeno que chega a 6.000 pessoas no máximo. Também recebemos africanos, sul-americanos e asiáticos, sendo que alguns grupos começaram a chegar como refugiados, o que é o caso dos angolanos.

IHU On-Line – No que os chamados “novos” migrantes (bolivianos, haitianos...) se diferenciam dos “velhos” (italianos, alemães, japoneses...)?

Helion Póvoa Neto – Eles são diferentes. Em primeiro lugar, porque o Brasil historicamente buscou facilitar a imigração europeia. Então, esse tipo de imigração que vem de países fronteiriços, do Caribe, com imigrantes principalmente de origem indígena ou negros, é uma imigração muito diferente. Em segundo lugar, há uma imigração indocumentada pelas fronteiras, ou seja, que se utiliza da ação de “coiotes”, de atravessadores;

isso é uma coisa relativamente nova na história brasileira.

IHU On-Line – A imprensa criou uma inquietação em torno da questão de que o Brasil estaria sendo “invadido” pelos haitianos. Ao mesmo tempo, os europeus vindos para cá em função da crise são muito mais numerosos. Como explicar esse tratamento desigual?

Helion Póvoa Neto – A mídia aborda com muito mais benevolência e muito mais receptividade a imigração recente de europeus do que a de os outros imigrantes. Há um discurso de que o Brasil deveria incentivar principalmente a imigração qualificada. Só que, na medida em que o Brasil se torna uma economia mais forte, inevitavelmente vai receber imigrantes da América Latina e mesmo do Caribe. Nesse sentido, o tratamento que a mídia deu ao falar da invasão de imigrantes haitianos no país me parece totalmente inadequado. Referir-se à imigração como “invasão” é muito preocupante na medida em que se assemelha àquelas atitudes de criminalização, de anti-imigrantismo que estão acontecendo na França, nos Estados Unidos, etc.

IHU On-Line – Sempre houve migração selecionada ou isso é um fenômeno mais recente?

Helion Póvoa Neto – Os países sempre tentaram selecionar o tipo de imigrantes que queriam. Mesmo o Brasil até os anos 1930, até a Segunda Guerra Mundial, selecionava os imigrantes. O critério de seleção era principalmente o de ser agricultor. A maioria dos italianos, japoneses, espanhóis que vieram para o Brasil era formada de agricultores, porque esse era o objetivo da imigração. Depois disso, o Brasil continuou a receber imigrantes, mas não tinha mais uma política ativa para eles. Simplesmente os recebia: alguns eram regularizados, outros não.

Agora, parece estar havendo uma tentativa no sentido de atrair novos imigrantes. Na verdade, todos os países tentam de alguma maneira selecionar quem atravessa as fronteiras e quem se estabelece. Acontece que esse é um processo muito difícil, já que se trata de um processo com elementos espontâneos muito marcados. É ainda mais difícil realizar esse controle no Brasil, que tem fronteiras extensas e uma situação econômica relativamente melhor do que a dos países vizinhos.

No que se refere ao Haiti, o Brasil tem uma presença militar naquele país. Isso significa uma certa forma de “sinalização” para possíveis migrantes, pois, se o país pode manter uma base de militarização no Haiti, então para a população que está lá e quer mudar de vida isso significa que

o Brasil tem uma economia forte e pode significar uma janela de possibilidade para o possível imigrante.

Embora os países tendam a selecionar grupos específicos de imigrantes, eles não podem impedir que outros grupos ingressem no país, como faz os EUA. É muito difícil selecionar os imigrantes, mas países como o Canadá, Austrália e Nova Zelândia têm essa política. O Canadá é um país que só tem

fronteira com os EUA, então é mais fácil selecionar. No caso brasileiro, é difícil selecionar imigrantes e, por outro lado, deve-se ver a migração como um direito. As pessoas devem ter o direito de migrar para onde haja condições melhores de vida.

Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509050-migracao-processo-espontaneo-e-criminalizado-entrevista-especial-com-helion-povoa-neto> - 16.05.2012

ENGLISH

Immigration seen as Britain's biggest problem: Poll

British public views immigration as the biggest problem facing their society with one in three people believing that tension between immigrants and people born in the UK is a major cause of division, a new survey has found.

A report by the thinktank 'British Future', titled "State of the Nation: Where is Bittersweet Britain Heading?", found that one in three people believes tension between immigrants and people born in the UK is the major cause of division, while well over half regard it as one of the top three causes.

It, however, also suggests people are, at heart, tolerant of those who come into the country.

Sunder Katwala, director of 'British Future', said the survey highlighted a national anxiety about immigration to which national politicians needed to respond.

An expected influx from new EU member states of Bulgaria and Romania has thrown the issue into the limelight this week, with communities and local government secretary Eric Pickles stressing on "problems" this is expected to cause.

Prime Minister David Cameron also backed these fears, saying any influx is "a very difficult calculation to make" and "the detail is not there yet".

The 'British Future' poll, conducted by Ipsos MORI, coincides with warnings that the expanding migrant

population will put increased pressure on both the private and social housing sectors.

MPs fear that as many as 300,000 migrants could enter the UK from Bulgaria and Romania when current restrictions on their movement are lifted next year.

Pickles, however, has refused to put a figure to how many new EU migrants the government expects to enter into the country after getting the right to live and work in the UK.

"The truth is I don't think anybody entirely knows the number that will come from Bulgaria and Romania," said Pickles, who is preparing to give a major speech this week in which he will announce further efforts to aid integration.

Mastery of English will be singled out as the key to social mobility in Britain, uniting people and increasing their understanding of one another.

The UK's Migration Advisory Committee had said in November, 2011, that 82,000 Romanians and 52,000 Bulgarians were due to be residents in Britain by July, 2011.

This figure is expected to increase dramatically in 2014 when a series of "transitional controls", which have limited the right of citizens from the EU's two newest member states, will be lifted.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/681-immigration-seen-as-britain-s-biggest-problem-poll> - 14.01.2013

Majority of U.S. citizens say illegal immigrants should be deported

More than half of U.S. citizens believe that most or all of the country's 11 million illegal immigrants should be deported, according to a Reuters/Ipsos poll released on Wednesday that highlights the difficulties facing lawmakers trying to reform the U.S. immigration system.

The online survey shows resistance to easing immigration laws despite the biggest push for reform in Congress since 2007.

Thirty percent of those polled think that most illegal immigrants, with some exceptions, should be deported, while 23 percent believe all illegal immigrants should be deported.

Only 5 percent believe all illegal immigrants should be allowed to stay in the United States legally, and 31 percent want most illegal immigrants to stay.

These results are in line with other polls in recent years, suggesting that people's views on immigration have not changed dramatically since the immigration debate reignited in Congress last month, according to Ipsos pollster Julia Clark.

"It's not Americans' views that are shifting. It is that the political climate is ripe for this discussion," after the November election when Hispanics voted overwhelmingly in favor of Democratic President Barack Obama, she said.

"Democrats feel that the time is right to capitalize on their wins and Republicans feel that they had a bad blow and are eager to reach out to Hispanics," she added.

Polls show that most Americans back immigration reform, although they often have different ideas of what that means, with some people favoring looser immigration laws while others want to see greater border security.

A group of eight U.S. senators are working on a bipartisan deal to enact immigration reform, the first major attempt since a similar overhaul died in Congress six years ago.

The senators' proposal calls for a full path to citizenship for illegal immigrants once they pay back taxes and a fine and wait in line behind others applying to become Americans.

A plan by Obama has similar provisions, but the senators want any move to relax immigration laws dependant on boosting security on the southern border.

Issue polarizes policymakers

Germany rejects Romania and Bulgaria's bid to roam Europe without passport amid fears of 'immigrant invasion'

Romania and Bulgaria expected to apply to join EU's Schengen area

'Germany will veto it and they will fail,' says interior minister Friedrich

Mayor of Duisburg has warned against flood of Romanian immigrants

Attitudes toward immigration are polarized by party, according to another the Reuters/Ipsos poll. Seventy-five percent of Republicans think all or most immigrants should be deported, compared to 40 percent of Democrats who think the same.

Republican Senator John McCain, one of the eight senators in the group, had his own encounter with citizens angered by illegal immigration on Tuesday when residents of his state of Arizona complained bitterly at a town hall meeting about the lack of security on the border with Mexico.

One man asked why troops had not been deployed to the border.

"Why didn't the army go down there and stop them? Because the only thing that stops them I'm afraid to say, and it's too damn bad, is a gun," the man said,

Another resident, Keith Smith, got into a testy exchange with McCain, the 2008 Republican presidential candidate whose views on immigration have fluctuated over the years.

"Cut off their welfare and all their stuff and they'll go back," Smith said, referring to undocumented workers.

McCain had been trying to explain his position: "You're not telling these people the truth. They mow our lawns, they care for our babies, they clean . . . that's what those people do," he said.

The Arizona lawmaker, whose position on immigration hardened during the 2010 midterm elections before softening again, is a key part of the Republican side of the senators' bipartisan immigration effort.

Wednesday's Reuters/Ipsos poll was conducted Friday through Tuesday and surveyed 1,443 Americans over the age of 18.

The precision of the Reuters/Ipsos online poll is measured using a credibility interval. In this survey, the poll has a credibility interval of plus or minus 2.9 percentage points.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/824-majority-of-u-s-citizens-say-illegal-immigrants-should-be-deported> - 20.02.13

Germany will veto Romania and Bulgaria's bid to join the Schengen passport-free zone if the Eastern European countries push for membership this week.

Interior minister Hans-Peter Friedrich warned both nations that if they insist on entry into the scheme 'Germany will veto it and they will fail.'

The countries are expected to apply to join the group in a meeting on Thursday, but their bid has been undermined by fears non-Europeans could bribe their way in to the countries and then travel elsewhere in the EU with ease.

It is strong language from a politician well versed in more diplomatic speak, but Germany is undergoing an invasion of immigrants from both countries with many cities experiencing extreme social tensions as a result.

Only last Friday the left-wing mayor of the former industrial city of Duisburg spoke of rubbish mountains, children of immigrants organised into gangs for stealing expeditions and an apartment block for 200 housing nearly 400 Romanians and Bulgarians.

The Schengen accord allows participating nations to allow its citizens to pass borders without having to show a passport. 26 nations participate, though Britain has always opted out of it due to security concerns.

If Romania and Bulgaria did join Schengen, their citizens would still need a passport to enter Britain, but immigrants would be able to pass through Eastern Europe to countries such as France or the Netherlands, making it much easier to smuggle themselves into the UK.

When asked if either Romania or Bulgaria could have a Schengen entry at a major air or seaport, Mr Friedrich said 'no,' adding: 'The concept of freeing up certain areas, such as arrivals by air or via seaports, is likewise unacceptable.'

'The EU has long been evaluating whether or not Romania and Bulgaria are ready for acceptance in the Schengen area. The last annual report showed progress, but it's not enough.'

'Bulgaria and Romania still have to be more decisive in the fight against corruption. Those who acquire a visa through bribery could travel all the way to Germany without further controls.'

'Our citizens will only accept an expansion of the Schengen area if some fundamental conditions have been met. That is not yet the case.'

The minister also called for stricter sanctions for anyone who tried to cheat a country's social

security system. Britain particularly fears this scenario when its labour market is opened to Romanians and Bulgarians in January next year.

The Netherlands is also staunchly opposed to Romania and Bulgaria joining the Schengen club. With expectations of admission low, Romanian prime minister Victor Ponta now says his country's membership of Schengen was 'no longer a priority', even though it is on the agenda for the Thursday meeting.

But he added: 'The government has done everything it could so that the decision is positive and I still have hopes for that.'

Mr Friedrich, in a parting shot aimed at Brussels mandarins who take decisions without consulting the people of the EU, added: 'The Commission has to learn to pay closer attention to the viewpoints and sensitivities of the people in EU member states.'

'The basic attitude of "Oh, we'll just turn a blind eye, the main thing is that the EU continues to grow," is no longer acceptable for those who have to answer to the citizenry.'

Soeren Link, the left-wing mayor of Duisburg, close to the border with Holland, claims prostitution and robberies have spiked since the EU's latest members began arriving last year.

'We are massively affected,' said the mayor, confirming the fears of the Association of German Cities which recently warned of 'social unrest' because of the economic refugees.

He spoke of rubbish mountains 'taller than I am' outside of dilapidated housing blocks in the district where, in one, 400 Bulgarians and Romanians are crammed into just over 40 apartments.

'Children are misused there and sent on stealing missions,' he claimed in a TV discussion about the problem.

Germany is the continent's most socially-minded nation with a lavish array of welfare benefits. Some Roma families are claiming over £2,000 a month in child welfare payments, even though they are technically not supposed to work in the country until January next year.

'It is costing us millions and will cost us more by next year,' added Mr Link, who said anyone who thought the problem was going to go away was 'misty eyed'.

He added: 'We didn't ask for this problem and we can't handle it alone.' On his Facebook page the mayor wrote: 'Platitude slogans and strong words do not help!'

His outspokenness earned him the praise of citizens including pensioner Heinz Hoffmann, 67, who said: 'If my rubbish spills out on the street I would be slapped with a summons in no time. Why do they get away with it?'

Housewife Baerbel Kramer, 57, added: 'I have sympathy for the poor people, but we are also afraid of them.'

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/868-germany-rejects-romania-and-bulgaria-s-bid-to-roam-europe-without-passport-amid-fears-of-immigrant-invasion> - 04.03.2013

Georgia e Alabama Still See Undocumented Workers Despite Strict Immigration Laws

Georgia and Alabama's agricultural areas are still heavily populated with foreign workers, many of whom don't have legal authorization to be here, two years after the states passed laws designed to drive away people living in the country illegally.

There are still concerns over enforcement and lingering fears among immigrants, but in many ways it appears that people have gone on with life much as it was before the laws were enacted.

Farmers say many of the foreign workers have returned because the laws are not heavily enforced and it once again seems safe to be here.

But the story is more complicated than that: Some are still staying away or have gone underground, according to community activists, and some farmers say they are filling labor shortages not with returning immigrants but with workers hired through a program that grants temporary legal visas.

Meanwhile, employers and workers in both states are watching as Congress wrestles over plans that aim to simultaneously prevent future illegal immigration and offer a chance at citizenship for millions now living in the country illegally.

Georgia and Alabama were two of five states to pass tough crackdowns on illegal immigration in 2011, a year after Arizona made headlines for a hard-line immigration enforcement law that ended up being challenged in the U.S. Supreme Court.

Immediately after the laws were passed, farmers in both states complained that foreign workers who lived there had left and that the itinerant migrants who generally came through were staying away. American workers weren't stepping forward to perform the back-breaking work immigrants had done for years, and crops were rotting in the fields because of a lack of laborers, they said.

An informal survey conducted in Georgia showed that farmers of onions, watermelons and other hand-picked crops lacked more than 11,000 workers during their spring and summer harvests of 2011, Georgia Department of Agriculture Commissioner Gary Black told a U.S. Senate subcommittee hearing on immigration enforcement and farm labor.

But then as courts began blocking significant elements of the law and some loopholes became apparent, some of the workers who had fled for fear of arrest and deportation returned. Others were drawn back by their longstanding ties to the communities.

Victor Valentin, 25, and his wife, Maria Gonzales, 23, came to the Vidalia onion growing region in south Georgia five years ago and found work quickly. But when the state passed its law cracking down on illegal immigration, they feared they would be caught and deported, and left for neighboring North Carolina.

They didn't last long. With two young children and no support network there, life was difficult. At the same time, the situation in Georgia seemed to have calmed down.

"We still talked to people here, and we heard there weren't really any problems, that things hadn't really changed," Valentin said, explaining that the family decided to return to the Vidalia area after about nine months. He's found work harvesting pine straw since his return.

This year, Black and a number of industry leaders in Georgia told The Associated Press they haven't heard of any labor shortages.

The situation in Alabama is similar.

"No one seems to be having any problems," said Alabama's agriculture commissioner, John McMillan, who added that he has spoken with farmers who saw migrants return once it became clear the law passed in Alabama was, in practice, mostly toothless. Courts blocked most of the law's toughest sections, including one that required public schools to check students' citizenship status, and the massive arrests envisioned by some simply didn't happen.

Also, according to government statistics, thousands of employers in Alabama have been ignoring a provision in the state's immigration law that requires them to register with the federal E-Verify system, a program to electronically verify workers' legal status.

And yet, at least in Georgia, the story is a bit more complicated than it may seem on the surface.

Some migrant families — both legally and illegally in the country — are indeed still avoiding Georgia because they fear discrimination and profiling, said Andrea Hinojosa, a community organizer who has worked with Latino workers in the Vidalia area for more than 20 years.

Other laborers who had worked their way up from the fields into more stable factory or construction work have turned to less stable jobs because businesses are starting to use E-Verify, a key provision of the Georgia law, Hinojosa said.

"I think it has probably put people back into hiding, put them back in the shadows," Hinojosa said. "It doesn't mean they're not working. It could mean that they have just found a job where they can't be detected."

Maria Barbosa, a legal permanent resident from Mexico, opened Los Olivos, a store that caters to the Vidalia area's Latino population, in July 2008. She estimates that her profits at the store, which stocks international phone cards, traditional foods and party supplies, dropped by about 30 percent after Georgia's law passed. It has rebounded somewhat in the past two years, but it's still not as strong as it was, she said.

One reason labor shortages in the fields have subsided — in addition to the return of migrant workers who had fled — is that some of the biggest farms in the area have started using or increased their use of a federal guest-worker program to bring in foreign workers legally.

Farmer R.T. Stanley of Stanley Farms, which grows more than 1,000 acres of onions, as well as other crops and vegetables in the area, is one of them.

Stanley said he has started to use more legal guest workers, who are brought into the country on a visa for a defined period of time, because he is not able to find as many experienced migrant workers locally as he used to.

For Barbosa, that can hurt business, because guest workers aren't nearly as reliable as customers as those who settle in and develop attachments to a community.

"They'll come in and buy some beans and tortillas and then send \$1,000 to Guatemala," she said of the guest workers.

Many farmers have long complained the federal guest-worker program is too rigid and difficult to use.

"We know we've got to deal with the rules, and we do," said Bob Stafford, director of the Vidalia Onion Business Council. "We do the best we can with them."

Now farmers and workers both are turning their attention to the debate over national immigration reform and are hoping for provisions that will help them.

"We need a real good guest-worker program," Stafford said, "something that will work... for the growers and for the workers and for the community."

Barbosa, whose husband works as a crew leader recruiting and overseeing field workers for farmers, is also watching Washington.

"People have hope," she said. "But there's been a lot of talk about immigration reform before and nothing has happened, so there's still a lot of doubt".

Fonte: <http://latino.foxnews.com/latino/politics/2013/07/06/georgia-alabama-still-see-undocumented-workers-despite-strict-immigration-laws/> - 06.07.2013

How Switzerland Is Quietly Criminalizing Its Asylum Seekers

Switzerland now restricts would-be refugees as if they were illegal migrants.

By Magda Fahsi

This summer, in Italy, Cécile Kyenge, the country's first Black minister, faced a barrage of insults from her fellow politicians. In the Netherlands, the social affairs minister called for a Code Orange on labor migration from Romania and Bulgaria. But the clearest and strongest signal that foreign nationals are once again under attack in Europe came from Switzerland.

In the quiet of the European summer holidays, when public life either stops entirely or at least

slows down considerably — and when most people pay less attention to what is happening at home and abroad — some Swiss towns adopted a far-reaching decision: they decided to ban asylum seekers from frequenting public places such as the vicinity of schools, playgrounds, swimming pools and libraries.

In the town of Bremgarten, west of Zurich — where the first of nine new asylum seeker reception centers opened in early August — local authorities

announced that would-be refugees would no longer be allowed in public swimming pools, in playing fields and in the vicinity of schools; a church would also be off-limits. In all, 32 “exclusion zones” have been drawn up.

Raymond Tellenbach, the town’s mayor, said the decision had been taken on security grounds to prevent conflict and guard against possible drug use. The mayor of the nearby town of Menzingen, Roman Staub, declared he fully supported the banning and added that asylum seekers should be banned from “sensitive areas” such as the vicinity of schools since “this is certainly a very difficult area, because asylum seekers could meet our schoolchildren – young girls or boys.”

Mario Gattiker, the head of Switzerland’s Federal Office of Immigration, which endorsed the apartheid-style restrictions, justified the move when speaking to journalists, saying that the rules are intended to secure an “ordered” and “conflict-free” relationship between asylum seekers and locals and will help avoid “friction and resentment” if, for example, “50 asylum seekers” simultaneously use a football pitch or a swimming pool.

Racist and discriminatory measure

The foreign press immediately condemned the move as discriminatory. Human rights groups were outraged, calling the measures racist. A spokesman for Switzerland’s non-governmental Refugee Council described the restraining orders as “legally and humanly intolerable” and demanded that the authorities suspend the measures.

Gerry Simpson, senior refugee researcher for Human Rights Watch reacted by declaring that “for Switzerland, the home of the United Nations and its refugee agency, to introduce a blatantly discriminatory policy that effectively segregates asylum seekers from the communities in which they live is shocking. The Swiss authorities should encourage all Swiss communities to treat some of the world’s most vulnerable people with respect and dignity, rather than reinforcing prejudice and division.”

Under international law, including the Convention Against the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, Switzerland must formally justify any restriction on free movement as a necessary and proportionate measure to protect national security, public order or public health. In addition, any such policy cannot discriminate between Swiss citizens and foreign nationals.

“Restrictions such as these can only be imposed on individuals for a very precise reason; but entire categories of people, like the residents of an

asylum center, cannot be arbitrarily classified as dangerous or criminals,” Denise Graf, expert asylum for Amnesty International Switzerland, commented. “These restrictions that target an entire group of people, because of their status, represent a clear form of discrimination. They have no legal basis and represent a disproportionate breach of the right to free movement, enshrined in the [Swiss] Constitution.”

According to Human Rights Watch, Swiss authorities have failed to show that restricting asylum seekers’ movements in the way proposed in Bremgarten is a necessary and proportionate measure. Quite the opposite, the organization contends the decision allows for asylum seekers to be banned from certain areas on an entirely arbitrary basis. “Instead of encouraging local communities to treat asylum seekers like unwelcome threats to public safety and hygiene, politicians should do everything they can to protect them and encourage their integration into communities,” Simpson added.

The U.N. Refugee Agency (UNHCR) commented that it was a principle that asylum-seekers should enjoy freedom of movement. UNHCR spokesman Dan Mc Norton told the BBC that “they are in Switzerland legally and have committed no crime,” adding that “in order to encourage a welcoming environment for people who are uprooted and often vulnerable, it is important to reinforce public messages which aim at avoiding the risk of stigmatization of asylum seekers and also promote refugees’ integration.”

Asylum seekers – unlike migrants who immigrate for economic reasons – are mostly people who fled from war, persecution, discrimination or abuse and wish as much as possible to return to their normal life. They typically ask for refugee status in their host country and while they await the decision, they are allowed to stay there legally, often in special refugee centers. In other words, not only have they not committed any crime but they often already have been the victims of violence or persecution in their own country.

Would-be refugees increasingly made out to be criminals

The controversy reflects growing public unease at the number of asylum seekers in Switzerland, among the highest in Europe per head of population. In June this year, voters took part in a referendum that overwhelmingly backed moves to tighten asylum restrictions amid fears voiced by the popular right-wing Swiss People’s Party that the country was being inundated with “refugees.” The new rules stipulate, for example, that military

desertion is no longer a valid reason for claiming asylum, and that would-be refugees can no longer apply for asylum through Swiss foreign embassies.

This was only the latest in a series of restrictions to Swiss asylum laws that began in the 1980s. In 1986, after a first revision, the law allowed for an "administrative detention" of thirty days for asylum seekers whose application had been refused by the Swiss authorities, before being expelled to their country of origin. From then on, asylum seekers were no longer seen as the victims of persecution or as people seeking protection: they became suspects whose dishonesty had to be proven to make their expulsion easier.

This led to the first confusion: the asylum seeker became an economic migrant in disguise.

In 1995, the administrative detention allowed before expulsion was extended to nine months, with the possibility of an additional "preparatory detention" of three months.

This led to the second confusion: the asylum seeker became a potential criminal. From then on, even more restrictive measures could much more easily be justified.

What makes things even more worrisome is that for several decades Switzerland has served as a European testing ground for increasingly harsh restrictions on a right of asylum that once had been rather generous. Revision after revision, Switzerland became the champion of discriminatory measures meant to discourage would-be refugees – this in spite of protest from the UNHCR. Many of these restrictions have later managed to find their way into European Union legislation – of which Switzerland is not a member.

Asylum is supposed to mean protection of life, protection of liberty; over the years, however, it has increasingly been transformed. In Switzerland, asylum has become synonymous with discrimination, criminalization and expulsion.

Fonte: <http://www.mintpressnews.com/switzerland-is-quietly-criminalizing-its-asylum-seekers/168612/> - 09.09.2013

Immigrant deportation bill among headliners of California Legislature's final week

Josh Richman

Of the hundreds of bills California lawmakers will act on this week, few combine as many incendiary issues -- illegal immigration, civil rights, crime and punishment -- as the so-called TRUST Act.

The measure would in many cases prevent California law-enforcement agencies from participating in a federal immigration dragnet that has led to millions of deportations.

Gov. Jerry Brown last year vetoed a similar bill, but its supporters are trying again because they say that holding people without due process, whether they are in the country legally or not, is a matter of civil rights.

"It's not the kind of thing that people associate with the United States of America, outside of Guantanamo Bay," said Santa Clara County Supervisor Dave Cortese, defending his county's 2-year-old policy of uniformly ignoring federal requests to detain people on immigration grounds.

But law enforcement officers say such policies -- and, potentially, the TRUST Act -- could hamstring their ability to hand dangerous criminals over to immigration authorities and keep California's streets safe.

"My best solution is to have a federal law and state law that are not in conflict with each other, so it's

easy for law enforcement personnel to follow both laws," said Alameda County Sheriff Greg Ahern.

AB4 is just one of the meaty issues lawmakers must take up before their session ends Friday. Others include a raft of gun-control bills; raising the minimum wage; reforming California's main environmental protection law; and figuring out how to appease federal judges who have deemed the state's prisons unconstitutionally overcrowded.

A state Senate vote on AB4 could come as early as Monday, according to the office of the bill's author, Assemblyman Tom Ammiano, D-San Francisco.

Currently, when someone is booked into a county jail, the suspect's fingerprints are sent to the FBI for comparison with criminal databases. Under the Secure Communities program launched in 2008, the FBI shares that information with the Immigration and Customs Enforcement Agency. If ICE thinks the inmate might be deportable, it asks jail officials to hold that person until an immigration agent can review the case and perhaps take the inmate away for deportation.

The TRUST (Transparency and Responsibility Using State Tools) Act would forbid jail officials -- even in conservative counties that favor detention -- from honoring those immigration holds in many cases.

The governor, who as attorney general signed a federal-state Secure Communities partnership agreement in 2009, vetoed the bill similar to AB4 last year because it would have let local police hold only those arrested for or previously convicted of serious and violent felonies. That category, Brown noted in his veto message, doesn't include crimes such as child abuse, drug trafficking, weapons sales and gang activity.

"I believe it's unwise to interfere with a sheriff's discretion to comply with a detainer issued for people with these kinds of troubling criminal records," Brown wrote.

So Ammiano went back to the drawing board. His bill now includes many other offenses for which California jailers can honor federal immigration holds.

But the California District Attorneys Association still opposes the TRUST Act, fearing it "would frustrate local cooperation with federal officials who maintain exclusive province over the enforcement of immigration law," legislative director Cory Salzillo said. "It appears that this bill would permit a local policy to trump federal law, and it is not clear how such a provision would pass constitutional muster."

California Attorney General Kamala Harris disagrees. Last December, she told law enforcement agencies they need not cooperate with all ICE holds. Dangerous criminals should be held for potential deportation to protect public safety, but local police can set their own policies on when to honor federal requests for immigration holds, she said.

In Alameda County, Supervisor Richard Valle authored a resolution that the board of supervisors approved in April asking Ahern to stop honoring ICE holds. "When it comes to civil rights, we can't give an inch because whatever you give, you'll never get back," Valle said Friday.

But the sheriff still detains inmates if ICE asks.

Santa Clara County supervisors went further than the Alameda County board in 2011, becoming the nation's second jurisdiction (after Chicago's Cook County) to release inmates unless ICE pays to detain them -- which it refuses to do.

Cortese said Friday he remains comfortable with the policy, which he says both reduces the county's jail costs and protects people from what he believes is unconstitutional detention.

But Santa Clara County's district attorney and sheriff have urged supervisors to tweak the policy so the county can honor holds on undocumented immigrants with serious criminal backgrounds. District Attorney Jeff Rosen last year said his study of detention requests found the county had refused to detain six felony sex offenders or child molesters, eight residential burglars, 10 people with documented gang ties and 12 drunken drivers who injured people or had repeated offenses -- all within five months.

Chief Assistant District Attorney Jay Boyarsky said Friday that his office still wants the policy changed "so that the public safety is adequately protected from felons."

The TRUST Act

The TRUST Act, AB 4 by Assemblyman Tom Ammiano, D-San Francisco, would let law enforcement officials cooperate with the federal Secure Communities program by holding someone for immigration review only if the person:

Has been convicted of a serious or violent felony. (Specified felonies listed in the bill include DUI, bribery, drug sales, vandalism with prior convictions -- or any felony punishable with a state prison term.)

Has been arrested on suspicion of a serious, violent or specified felony and a magistrate has made a finding that there's probable cause to hold the person to answer for that charge.

Has been convicted in the past five years of a misdemeanor for a "wobbler" crime that could have been punishable either as a misdemeanor or a felony.

Is listed in the California Sex and Arson Registry.

Is subject to a federal felony arrest warrant or has been convicted of certain federal felonies.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/1695-immigrant-deportation-bill-among-headliners-of-california-legislature-s-final-week> - 08.09.13

ESPAÑOL

Dos tercios de españoles creen que España tiene demasiados inmigrantes

Dos de cada tres españoles (el 66,2 por ciento) opinan que en España hay más inmigrantes de los que el país puede acoger, según el informe 'Índices de Opinión Pública' (IOP) realizado por Simple Lógica, que muestra que aunque este porcentaje ha descendido en diez puntos respecto a hace cuatro años, este grupo "sigue siendo mayoría".

Por otro lado, el estudio recoge un ligero incremento respecto a quienes creen que el número de inmigrantes que hay en España es el que puede haber (18,4 por ciento) así como de los que consideran que el número existente es inferior al que podría ser (6,7 por ciento)

El trabajo señala además que el número de mujeres que considera excesivo el número de inmigrantes que hay en España, es "significativamente superior" con un 70,6 por ciento, respecto al 62,5 por ciento de los hombres. Sin embargo, el porcentaje de hombres que opina que el número de inmigrantes es el adecuado, es del 21 por ciento, mientras que el de las mujeres se sitúa en el 16 por ciento. Por último, el 8,9 por ciento de los hombres indica que el número es inferior al que podría ser, frente al 4,5 por ciento de las mujeres.

En cuanto a la edad de los entrevistados, el análisis destaca que a medida que ésta se eleva lo hace también la cifra de quienes exponen que hay demasiados inmigrantes. Así, siete de cada diez personas mayores de 45 años ven excesivo el número de inmigrantes frente a los seis de cada diez menores de 35 años, que sostienen la misma opinión. Mientras, los que consideran que el número de inmigrantes es el adecuado o inferior al que podría ser, se sitúa en el 34 por ciento en el caso de los menores de 35 años y en el 18,9 por ciento entre los mayores de 45 años.

En la trinchera griega contra la inmigración

Cabizbajo, con voz entrecortada, Halid se niega a recordar cómo llegó a Grecia: "Fue muy duro, me hace daño recordarlo". Él es uno de los miles de inmigrantes llegados a Europa por el paso del Río Evros, frontera natural del país heleno con Turquía. En su caso, una dura travesía desde su Pakistán natal, atravesando montañas y desiertos. Todo para llegar a un país donde no hay trabajo — él lleva seis meses sin empleo— y el auge del extremismo racista ha convertido en una peligrosa aventura las idas y venidas de cualquier asiático.

El informe se basa también en el nivel de estudios de los españoles encuestados y refleja diferencias entre las opiniones de quienes tienen estudios universitarios o los que tienen estudios primarios o inferiores. De esta forma, el 53,6 por ciento de los que han estudiado una carrera cree que el número de inmigrantes es excesivo, frente al 75,3 por ciento de los que no han superado Primaria. Por otra parte, un 28,6 por ciento de quienes tienen estudios universitarios señala que es la cantidad que España puede acoger, mientras que en el caso de los que tienen estudios inferiores lo piensa el 12,2 por ciento.

Respecto a la clase social, el documento muestra que a medida que ésta desciende se incrementa la proporción de quienes opinan que el número de inmigrantes es excesivo. En este sentido, un 51 por ciento de los pertenecientes a la clase media-alta y alta considera elevado el número de inmigrantes frente al 74 por ciento de los pertenecientes a la clase media-baja y baja.

Los porcentajes respecto a comunidades autónomas también quedan reflejados en el estudio, que muestra que en la Comunidad de Madrid, el 72,5 por ciento ve excesivo el número de inmigrantes. Por otro lado, en la Comunidad Valenciana es superior el porcentaje de quienes consideran que el número de inmigrantes es el adecuado (un 57,3 por ciento) y de los que opinan que es inferior al que podría ser (un 31,1 por ciento).

Por último, el tamaño del municipio también refleja diferencias de opinión entre los habitantes. Así, en las ciudades de Madrid y Barcelona el 63,1 por ciento cree que es desmesurado el número de inmigrantes, frente al 70,6 por ciento de quienes residen en municipios de hasta 10.000 habitantes.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/856-dos-tercios-de-espanoles-creen-que-espana-tiene-demasiados-inmigrantes> - 01.03.2013

Tratando de borrar las imágenes de su mente, Halid mira al horizonte, siguiendo las vías del tren de la estación de Orestiada, una de las primeras localidades visitadas por los 'sin papeles' tras cruzar el Evros y llegar a Grecia. La parada, testigo de sueños errantes, está repleta de zapatos abandonados por quienes emprendieron el camino a Atenas.

"En 2010 ingresaron ilegalmente por esa zona unos 36.000 inmigrantes", recuerda Georgios Salamangas, director general de policía de Tracia.

Ahora pasan apenas unas decenas al mes: Atenas envió el pasado agosto a unos 1.900 policías a la zona para poner punto y final a la "invasión", término utilizado por el gobierno para calificar la masiva llegada de inmigrantes a Grecia.

Seis meses después, durante el pasado diciembre, finalizó la construcción de un "muro" de separación entre el territorio heleno y Turquía: la valla mide 10,3 kilómetros de longitud, 4 metros de alto, está repleta de alambre de espino y divide una zona de 12,5 kilómetros donde el río Evros se adentra en jurisdicción griega convirtiendo a la frontera en terrestre, un paso muy conflictivo antaño. Costó tres millones de euros, financiados íntegramente por Grecia: la Unión Europea se negó a poner dinero, pero no impidió su construcción.

El muro ha frenado el flujo de 'sin papeles'

Una dotación de la agencia europea de fronteras (Frontex) ayuda a los helenos a patrullar tanto ese pequeño espacio como los restantes 190 kilómetros de frontera al norte. "Tenemos el apoyo de las autoridades turcas e intercambiamos información sobre los traficantes", apunta orgulloso Salamangas, destacando la colaboración entre dos países tradicionalmente antagónicos. El resultado es palpable: un 49% menos de 'sin papeles' cruzaron por la zona del Evros en todo el año 2012, dato significativo si se tiene en cuenta que la valla no se terminó hasta el último trimestre e hizo descender aún más ese flujo.

Atenas intenta así dar solución al problema de la migración en el país: alrededor de 1.500.000 inmigrantes viven en Grecia, un país de 11 millones de habitantes. El 90% de griegos, de acuerdo con una encuesta, les ve como responsables del aumento de la criminalidad y la violencia racista está al alza por el auge de la extrema derecha durante la crisis económica. No hay día donde no se reporte una paliza a un inmigrante y ya se han dado varios muertos.

"No sé por qué siguen viniendo, aquí no hay nada para ellos", apunta Vagelis, granjero de Orestiada. Los vecinos de Kastanias, la localidad más

cercana a la valla, dan por buena la medida del gobierno. "Antes rompían los cercados de nuestras plantaciones para cruzar a la carretera", dice Yorgos Zidis. Sus amigos se quejan por no haber recibido "ni un euro" de las expropiaciones de terrenos para construir la valla.

"Los inmigrantes siguen cruzando"

Quien no tiene clara la funcionalidad del muro es Gökhan Tuzladan, un periodista turco experto en la frontera. "Es sólo una medida disuasoria, la frontera tiene 190 kilómetros por donde los inmigrantes siguen cruzando", admite. Y denuncia una emergencia humanitaria en el Evros: "Existen unas pequeñas isletas en el centro del río. Los traficantes les dicen a los migrantes que eso ya es Grecia, y ellos, una vez en Europa, se quedan allí esperando que les detengan, pero eso no es cierto y se han contado decenas de muertes por hipotermia".

Según las autoridades helenas, 112 inmigrantes han muerto en el lugar desde 2010, pero un líder musulmán local afirma haber enterrado a más de 400. Otros ciudadanos de Orestiada han señalado de manera anónima la existencia de minas en la frontera, residuos de antiguos conflictos entre Grecia y Turquía: algunos inmigrantes habrían muerto a causa de ellas, un extremo no confirmado por la policía.

Preocupa ahora la vuelta de los migrantes a la ruta del Mar Egeo con la esperanza de llegar a una isla griega: el trayecto se realiza en pequeños botes y es muy peligroso por las mareas. Varios naufragios recientes han dejado decenas de muertos.

También se han desviado a Bulgaria: "La valla sólo va a provocar más muertes entre personas cuyo propósito no es llegar a Grecia, sino a Alemania o Francia", lamenta Alikí Karavía, una abogada especializada en inmigrantes. Antes de subir al tren de vuelta a Atenas, Samir, otro paquistaní, hace la misma reflexión. "Yo no vine para quedarme en Grecia", sentencia.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1110-en-la-trinchera-griega-contra-la-inmigracion> - 30.04.2013

HRW advierte del enorme coste humano y financiero del aumento de los procesos judiciales contra inmigrantes en EE UU

La ONG acusa al Gobierno estadounidense de convertir a "los inmigrantes en criminales"

El aumento de los procesos penales contra inmigrantes por entrar o volver a entrar ilegalmente en Estados Unidos tiene un coste humanitario y financiero enorme, ya que afecta principalmente a

personas que esperan reunirse con sus familiares en territorio estadounidense o que huyen de la persecución a la que están sometidos en sus países de origen, según ha revelado este

miércoles la ONG Human Rights Watch en el informe "Convirtiendo a los inmigrantes en criminales: el impacto dañino de los procesamientos en la frontera de Estados Unidos".

El informe documenta el impacto negativo de los procesos judiciales por entrar o volver a entrar de forma ilegal en el país norteamericano, que han aumentado un 1.400 y un 300 por ciento respectivamente en los últimos diez años y que, en la actualidad, superan el número de procesamientos por cualquier otro delito federal.

Según HRW, en 2012, más de 80.000 personas fueron condenadas por estos delitos, la mayoría de ellas en juicios rápidos en los que se violaron sus derechos de un juicio justo. La mayoría de los condenados son separados de sus familias, que se encuentran en territorio estadounidense, o acaban en las superpobladas cárceles federales del país durante meses e incluso años.

"El Gobierno de Estados Unidos está convirtiendo a los inmigrantes en criminales al procesar a muchos que podrían ser simplemente deportados", ha declarado la autora del informe e investigadora para Estados Unidos de HRW, Grace Meng. "Muchos de estos inmigrantes no suponen ninguna amenaza para la seguridad pública, son simplemente gente que intenta estar con sus familias", ha añadido.

El proyecto de reforma migratoria del Senado, propuesta por el "Grupo de los ocho", compuesto por demócratas y republicanos, solicita 250 millones de dólares (193,3 millones de euros) adicionales para aumentar este tipo de procesamientos en Tucson, Arizona. La reforma también solicita el aumento de la pena máxima para muchas de las personas acusadas de entrar o volver a entrar ilegalmente. La ONG considera que el Gobierno estadounidense debería acabar con este tipo de procesos innecesarios.

Menos recursos para la investigación de delitos graves

El rápido aumento de los procesos federales relacionados con delitos de inmigración forman parte de una tendencia más amplia en la que los recursos para combatir los delitos penales se han destinado a combatir los delitos de inmigración, tradicionalmente considerados como un asunto civil, según HRW. La entrada ilegal, entrar en el país sin autorización, es un delito menor, mientras que la volver a entrar de forma ilegal, entrar en el país tras haber sido deportado, es un delito.

El Gobierno estadounidense afirma que estos procesos son necesarios para evitar que los

criminales peligrosos entren en Estados Unidos y para disuadir la inmigración ilegal. Sin embargo, la ONG asegura que los juicios contra inmigrantes no están cumpliendo con los objetivos previstos.

El magistrado texano Felix Recio ha señalado a HRW que el Ejecutivo estadounidense ha creado un "tipo de delito grave" para los no ciudadanos. "Cuando no existen antecedentes penales ni antecedentes de inmigración, la criminalización de los acusados es algo muy difícil" para mí, ha asegurado.

Además, muchas de las personas que entran o vuelven a entrar en Estados Unidos ilegalmente, lo hacen por motivos que nada tienen que ver con actividades criminales, tales como reunirse con su familia o porque huyen de la violencia y la persecución de sus países de origen.

"Desde hace diez años, he presenciado como los procesos judiciales destrazan familias todos los días, varias veces al día", ha revelado el juez Robert Brack, que estima que ha sentenciado a más de 11.000 personas por entrar o volver a entrar ilegalmente.

El aumento de los procesos es una pérdida de dinero

Según HRW, aumentar los procesos judiciales contra los inmigrantes sería contraproducente y una pérdida de dinero. El volumen de los juicios relacionados con la inmigración ilegal ha superado a los tribunales federales de la frontera del suroeste, lo que ha provocado que el sistema de justicia federal haya adoptado una serie de atajos, tales como los juicios rápidos, que ponen en peligro los derechos del acusado.

El antiguo fiscal general de Arizona Terry Goddard ha explicado a la ONG que los procesos judiciales relacionados con la inmigración quitan recursos a las investigaciones y los procesos relacionados con el crimen organizado y otros tipos de delitos graves que afectan a la seguridad de la frontera estadounidense.

Los condenados por un tribunal federal por entrada ilegal en el país pasan una media de 19 meses en una prisión federal. En la actualidad, el 30 por ciento de los reclusos de las cárceles federales son personas condenadas por delitos relacionados con la inmigración ilegal.

El proyecto de reforma del senado, un paso importante

HRW considera que el proyecto de reforma del Senado ha dado un paso importante al prohibir el procesamiento penal de aquellas personas que

solicitan asilo y al autorizar a algunas personas que han sido deportadas a legalizar su situación. Sin embargo, prohíbe que la mayoría de las personas deportadas y condenadas por delitos no relacionados con la inmigración puedan legalizar su situación, independientemente de la gravedad o antigüedad de sus delitos.

La ONG insta al Ejecutivo estadounidense a imponer únicamente sanciones civiles a aquellas personas que son detenidas cuando cruzan la frontera de forma ilegal y a incluir en la reforma migratoria de forma clara y comprensiva las vías a través de las cuales una persona deportada puede solicitar regresar a Estados Unidos de forma legal.

"Si la administración Obama y el Congreso quieren realmente reformar la inmigración para proteger a las familias, deberían otorgar a todas las personas que han sido deportadas y separadas de sus familias una oportunidad para demostrar que pueden contribuir a la sociedad", ha manifestado Meng. "Si no, el Gobierno está condenado a continuar gastando millones en procesar y encarcelar a personas con fuertes lazos con Estados Unidos", han concluido.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1205-hrw-advierde-del-enorme-coste-humano-y-financiero-del-aumento-de-los-procesos-judiciales-contra-inmigrantes-en-ee-uu> - 22.05.2013

Londres lanza polémica campaña para que inmigrantes ilegales abandonen el país

El Gobierno de Londres implementará a partir de la próxima semana unos vehículos con una polémica campaña publicitaria que "invita" a los inmigrantes a abandonar el país por voluntad propia para evitar la cárcel, lo que ha causado revuelo en el país y opiniones en contra.

Las autoridades británicas lanzarán la próxima semana una campaña publicitaria en unos camiones que rodarán por varios distritos del país, que "invita" a los inmigrantes a irse a casa por cuenta propia para evitar enfrentarse a la cárcel.

El diseño fue aprobado por el Ministerio de Inmigración y dice: "¿Ilegalmente en Reino Unido? Váyase a casa o enfrente un arresto".

El Estado dispuso de un servicio en el que los inmigrantes pueden enviar un mensaje con la palabra "HOME al 78070 para asesoría gratuita y asistencia con los documentos de viaje".

El mensaje indica que "Podemos ayudarles a regresar a casa voluntariamente, sin temor al arresto o la detención", así como también ofrece cifras de inmigrantes detenidos en el área.

Según información del diario británico The Huffington Post los dos primeros vehículos saldrán a la calle de los distritos Hounslow, Barking-Dagenham, Ealing, Barnet, Brent y Redbridge.

El ministro de inmigración, Mark Harper declaró que están dificultando que la gente viva y trabaje en Reino Unido sin papeles y destacó que cada día los agentes de seguridad arrestan y detienen a personas "sin derecho a estar en el país".

Harper considera que la medida es buena para los indocumentados, pues le ofrece "una alternativa a la repatriación con unas esposas".

Por su parte, la exministra del Gobierno británico, Sarah Teather, en declaraciones al diario The Guardian denunció que la finalidad de esa campaña es intimidar a los inmigrantes.

Aslam Choudry, alcalde del municipio de Brent, por donde pasarán los vehículos con la información, señaló que "este tipo de campañas impulsará la agresión de los nativos hacia los inmigrantes".

En mayo, la Comisión Europea presentó una demanda en contra del Gobierno británico por discriminación hacia los inmigrantes, tras considerar como injustas las pruebas que se implementan para determinar si un inmigrante europeo puede cobrar subsidios públicos en ese país.

Con estas actividades, Londres viola el principio de la Unión Europea sobre la residencia habitual, reafirmado por unanimidad en 2009 por todos los países miembros del bloque.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1509-londres-lanza-polemica-campana-para-que-inmigrantes-ilegales-abandonen-el-pais> - 24.01.2013

Canadá impulsa ley para deportar inmigrantes con antecedentes penales

Canadá adelanta una controvertida legislación para deportar o frenar la llegada de extranjeros con antecedentes penales, pese a las críticas de la oposición y de expertos porque la iniciativa otorga demasiados poderes al ministro de Inmigración.

El Parlamento recibirá en los próximos días nuevos detalles de la Ley para la Rápida Expulsión de Criminales Extranjeros, orientada a acelerar las repatriaciones de convictos que enfrentaron una condena mayor de seis meses en la cárcel, indicó la prensa local.

La normativa, promovida por el ministro de Inmigración, Jason Kenney, también dificulta el ingreso de personas de otros países que deseen viajar a Canadá en busca de oportunidades de trabajo.

Entre otras cuestiones, elimina los recursos que interponen los inmigrantes acusados supuestamente de crímenes graves para demorar su expulsión de Canadá y aumenta las penas para quienes tratan de violar las leyes.

La oposición y analistas canadienses alertan del perfil discriminatorio de ese instrumento, porque Kenney dispondrá del poder suficiente hasta para deportar o negar la entrada a personas que no tengan historial delictivo.

Para el experto Jinny Sims la ley solo politizaría el sistema migratorio del país.

También consideró que en vez de ese tema, el gobierno conservador debería preocuparse por

En la trinchera griega contra la inmigración

Cabizbajo, con voz entrecortada, Halid se niega a recordar cómo llegó a Grecia: "Fue muy duro, me hace daño recordarlo". Él es uno de los miles de inmigrantes llegados a Europa por el paso del Río Evros, frontera natural del país heleno con Turquía. En su caso, una dura travesía desde su Pakistán natal, atravesando montañas y desiertos. Todo para llegar a un país donde no hay trabajo — él lleva seis meses sin empleo— y el auge del extremismo racista ha convertido en una peligrosa aventura las idas y venidas de cualquier asiático.

Tratando de borrar las imágenes de su mente, Halid mira al horizonte, siguiendo las vías del tren de la estación de Orestiada, una de las primeras localidades visitadas por los 'sin papeles' tras cruzar el Evros y llegar a Grecia. La parada, testigo de sueños errantes, está repleta de zapatos abandonados por quienes emprendieron el camino a Atenas.

"En 2010 ingresaron ilegalmente por esa zona unos 36.000 inmigrantes", recuerda Georgios Salamangas, director general de policía de Tracia. Ahora pasan apenas unas decenas al mes: Atenas envió el pasado agosto a unos 1.900 policías a la

asuntos como el de los extranjeros calificados sin empleo y el lento proceso de reunificación familiar.

Cada año Canadá recibe al menos 250 mil ciudadanos foráneos atraídos por las supuestas facilidades laborales que ofrece para enfrentar el acelerado envejecimiento de su población e impulsar la economía nacional.

Pero sus autoridades cada vez recrudescen más las reglas para permitir la permanencia en el país y la completa integración a su sociedad.

A partir del próximo 1 de noviembre, Ottawa exigirá una prueba obligatoria del manejo adecuado de inglés o francés y medir la fluidez oral de los inmigrantes que pidan la ciudadanía.

Los solicitantes estarán obligados a presentar, por anticipado, pruebas evidentes de su conocimiento en ambas lenguas oficiales, como una evidencia objetiva de su capacidad lingüística a la hora de solicitar por la naturalización.

Esa norma obligará a quienes no aprueben el examen de expresión oral a entrevistarse con un juez de ciudadanía para valorar su caso.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/405-canada-impulsa-ley-para-deportar-inmigrantes-con-antecedentes-penales> - 18.10.2012

zona para poner punto y final a la "invasión", término utilizado por el gobierno para calificar la masiva llegada de inmigrantes a Grecia.

Seis meses después, durante el pasado diciembre, finalizó la construcción de un "muro" de separación entre el territorio heleno y Turquía: la valla mide 10,3 kilómetros de longitud, 4 metros de alto, está repleta de alambre de espino y divide una zona de 12,5 kilómetros donde el río Evros se adentra en jurisdicción griega convirtiendo a la frontera en terrestre, un paso muy conflictivo antaño. Costó tres millones de euros, financiados íntegramente por Grecia: la Unión Europea se negó a poner dinero, pero no impidió su construcción.

El muro ha frenado el flujo de 'sin papeles'

Una dotación de la agencia europea de fronteras (Frontex) ayuda a los helenos a patrullar tanto ese pequeño espacio como los restantes 190 kilómetros de frontera al norte. "Tenemos el apoyo de las autoridades turcas e intercambiamos información sobre los traficantes", apunta orgulloso Salamangas, destacando la colaboración entre dos países tradicionalmente antagónicos. El resultado

es palpable: un 49% menos de 'sin papeles' cruzaron por la zona del Evros en todo el año 2012, dato significativo si se tiene en cuenta que la valla no se terminó hasta el último trimestre e hizo descender aún más ese flujo.

Atenas intenta así dar solución al problema de la migración en el país: alrededor de 1.500.000 inmigrantes viven en Grecia, un país de 11 millones de habitantes. El 90% de griegos, de acuerdo con una encuesta, les ve como responsables del aumento de la criminalidad y la violencia racista está al alza por el auge de la extrema derecha durante la crisis económica. No hay día donde no se reporte una paliza a un inmigrante y ya se han dado varios muertos.

"No sé por qué siguen viniendo, aquí no hay nada para ellos", apunta Vagelis, granjero de Orestiada. Los vecinos de Kastanias, la localidad más cercana a la valla, dan por buena la medida del gobierno. "Antes rompían los cercados de nuestras plantaciones para cruzar a la carretera", dice Yorgos Zidis. Sus amigos se quejan por no haber recibido "ni un euro" de las expropiaciones de terrenos para construir la valla.

"Los inmigrantes siguen cruzando"

Quien no tiene clara la funcionalidad del muro es Gökhan Tuzladan, un periodista turco experto en la frontera. "Es sólo una medida disuasoria, la frontera tiene 190 kilómetros por donde los inmigrantes siguen cruzando", admite. Y denuncia

una emergencia humanitaria en el Evros: "Existen unas pequeñas isletas en el centro del río. Los traficantes les dicen a los migrantes que eso ya es Grecia, y ellos, una vez en Europa, se quedan allí esperando que les detengan, pero eso no es cierto y se han contado decenas de muertes por hipotermia".

Según las autoridades helenas, 112 inmigrantes han muerto en el lugar desde 2010, pero un líder musulmán local afirma haber enterrado a más de 400. Otros ciudadanos de Orestiada han señalado de manera anónima la existencia de minas en la frontera, residuos de antiguos conflictos entre Grecia y Turquía: algunos inmigrantes habrían muerto a causa de ellas, un extremo no confirmado por la policía.

Preocupa ahora la vuelta de los migrantes a la ruta del Mar Egeo con la esperanza de llegar a una isla griega: el trayecto se realiza en pequeños botes y es muy peligroso por las mareas. Varios naufragios recientes han dejado decenas de muertos.

También se han desviado a Bulgaria: "La valla sólo va a provocar más muertes entre personas cuyo propósito no es llegar a Grecia, sino a Alemania o Francia", lamenta Alikí Karavía, una abogada especializada en inmigrantes. Antes de subir al tren de vuelta a Atenas, Samir, otro paquistaní, hace la misma reflexión. "Yo no vine para quedarme en Grecia", sentencia.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1110-en-la-trinchera-griega-contra-la-inmigracion> - 30.04.2013

Rusia: Cómo sacar de la sombra a los trabajadores ilegales

Los diputados de las dos mayores ciudades rusas, Moscú y San Petersburgo, han decidido reducir el número de inmigrantes que trabajan en el país. La Duma de la ciudad de Moscú ha aprobado en primera lectura un proyecto de ley según el cual se podrá expulsar de la capital a un inmigrante si este infringe la ley dos veces en el plazo de un año.

por Liudmila Nazdrachova

En San Petersburgo se ha dirigido a la Duma Estatal de la Federación Rusa un proyecto de ley que prohíbe a los extranjeros la entrada en Rusia sin demostrar una solvencia económica que supere seis veces el umbral de la pobreza del país: un total de 37.000 rublos. Los expertos aseguran que estos métodos no serán suficientes para sacar de la sombra la inmigración ilegal.

Si un extranjero cae en manos de la policía dos veces en un año por infracciones como hacer ruido en casa después de las 23:00 horas, cruzar la calle por un lugar indebido, beber alcohol en un parque o superar la velocidad máxima permitida, podría ser deportado. Infringir el código administrativo no

es algo difícil, ya que es el policía quien decide en cada caso si proceder a la denuncia o simplemente advertir al infractor.

En lo que se refiere a los inmigrantes, estos casos nunca terminan en advertencia. Siempre se muestra un gran interés por ellos, se les investiga minuciosamente. Y existen tantas normas en el código administrativo que a cualquiera se le puede abrir un expediente y enviar a comisaría, - comenta el policía moscovita Iliá Krasnov.

La norma sobre deportación de inmigrantes por dos infracciones no fue propuesta directamente. En un principio se discutió la posibilidad de expulsar a

los trabajadores ilegales del país únicamente por infracciones de las normas viales.

Esta fue una medida propuesta en julio por el alcalde de la capital, Serguéi Sobianin, como respuesta a un gran accidente en el que un camión conducido por un ciudadano de Armenia sin permiso de conducir ruso chocara contra un autobús de pasajeros y que causó la muerte de 18 personas.

Es necesario aumentar la responsabilidad de quien llega a Rusia y no quiere cumplir nuestras normas, declaraba apoyando al alcalde el portavoz de la Duma de la ciudad de Moscú, Vladímir Platónov. Y buscar modos de que los moscovitas accedan primero a los puestos de trabajo. Esto es algo perfectamente posible. Por ejemplo, en Zelenograd han comenzado una dura campaña contra aquellos que viajan sin billete con la que se ha logrado subir el salario a los conductores. En los puestos que quedan libres se ha comenzado a contratar a ciudadanos locales.

Además, dentro de dos meses únicamente podrán trabajar como conductores los extranjeros que posean permiso de conducir ruso. La Duma Estatal ha aprobado unas enmiendas a la Ley Sobre Seguridad Vial, que entrarán en vigor el 8 de noviembre de este año.

Los inmigrantes sin documentos rusos que conducen camiones y autobuses podrán quedarse sin el permiso internacional durante dos años y sus empleadores podrán ser sancionados con multas de 100.000 rublos (2.300 euros).

Los funcionarios de la capital planean aumentar la sanción por conducir un camión o autobús sin la tarjeta de Inspección Técnica de Vehículos en vigor, así como duplicar la multa para los dueños de este tipo de vehículos, alcanzando los 100.000 rublos.

En conjunto, estas medidas pueden dar un buen resultado. Por ahora estamos estudiando solamente una cuestión: acabar con la inmigración ilegal, declaraba el diputado de la Duma de la Ciudad de Moscú Andréi Klychkov.

No obstante, únicamente los inmigrantes pueden cubrir el déficit de mano de obra que sufre Rusia

actualmente. Según Zhanna Zayonchkovskaya, directora del laboratorio de migración del Instituto de Previsión Económica de la Academia Rusa de Ciencias, durante los próximos cinco años la población activa se reducirá en cerca de un millón de personas al año.

En estos momentos el aumento de la inmigración asciende a 250.000 personas anualmente, de los que el 70% es población activa. En total, en Rusia existen de tres a cuatro millones de inmigrantes, de los cuales una cuarta parte ha conseguido legalizar su situación.

Las estadísticas demuestran que necesitamos inmigrantes, la cuestión es qué tipo de inmigrantes. La economía necesita extranjeros cualificados, ya que el crecimiento económico proviene de sectores de alta cualificación, opina Vladímir Milov, antiguo viceministro de energía de Rusia.

Tenemos las puertas abiertas para los asiáticos, que lo único que pueden ofrecernos es un trabajo de baja cualificación, y sin embargo, para los europeos, americanos y japoneses, que son capaces de ofrecernos en gran medida el personal que necesitamos, ponemos múltiples barreras en forma de visado.

En opinión de los expertos, una particularidad de la economía rusa es la baja productividad laboral y la baja automatización, por lo que necesitamos una gran cantidad de mano de obra.

Si en Rusia sigue entrando en el futuro la misma cantidad de trabajadores ilegales, esto será una de las razones por las que el país conservará su bajo nivel de automatización y de productividad laboral, continúa Milov.

De los nuevos proyectos de ley todos están dirigidos a la reducción del número de inmigrantes, pero ninguno de ellos contempla su legalización y la recaudación de los impuestos generados por su trabajo. Es necesario luchar no contra la inmigración, sino contra los funcionarios y empresarios que se benefician de esta situación ilegal de los trabajadores.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/1698-rusia-como-sacar-de-la-sombra-a-los-trabajadores-ilegales> - 18.09.2013

ITALIANO

Kyenge, quattro mesi di insulti e razzismo: la vita agra del primo ministro afro-italiano

Da "scimmia" a "prostituta", l'ininterrotta sequela di offese rivolte contro l'esponente del governo di origini congolesi da parte di parlamentari, dirigenti, amministratori, consiglieri comunali di Lega e Pdl. Con le relative "scuse" e spiegazioni "politiche".

'Noi non siamo razzisti, è lei che è negra'. Politicamente scorretta, la famosa battuta riassume purtroppo un atteggiamento diffuso nella politica di destra e centrodestra rispetto a Cécile Kyenge, cittadina italiana di origine congolese, primo ministro di colore nella storia della Repubblica. Sin dai primi giorni dopo la sua nomina al ministero dell'Integrazione, in dichiarazioni pubbliche con l'ammicco, in post su blog e frasi su Facebook e Twitter, lo stato d'animo di moltissimi esponenti della destra parlamentare rispetto a Kyenge - la Lega è la prima, ma la 'pancia istituzionale' del Pdl non è stata da meno - ha trasudato una non contenibile insofferenza spesso precipitata nell'insulto razzista.

Il metodo è sempre uguale: prima si lancia l'insulto, poi si chiede scusa, si annunciano espiazioni, si assicura che il razzismo non c'entra nulla e che si tratta di ragioni politiche. In realtà, come conferma anche l'ultimo caso dell'assessore di Diano Marina (Imperia), che ha assimilato il ministro a una prostituta (salvo poi pentirsi e scusarsi), le improbabili spiegazioni successive, con la particolarità di epiteti e insulti scelti, rivelano un sostrato culturale colonial-fascista che l'avvento della società multiculturale e multirazziale ha riportato a galla in una parte del paese. Non si può spiegare altrimenti il martellamento a cui Cécile Kyenge è stata sottoposta nei suoi quattro mesi da ministro. Eccone un parziale, ma impressionante, riassunto.

Le prime offese contro Kyenge arrivano ad appena due giorni dalla sua nomina. Pesanti insulti fanno la loro comparsa sui siti della galassia nazi. "Scimmia congolese", "Governante puzzolente", "Negra anti-italiana", sono le offese che si leggono su Stormfront, Duce.net e le pagine dei gruppi attivi su Facebook. In concomitanza, l'europarlamentare leghista Mario Borghezio, conia lo slogan "ministro bonga bonga". Per il quale sarà anche espulso dal suo gruppo a Strasburgo (l'EDF).

Il 2 maggio sul muro esterno del liceo scientifico Cornar, a Padova, compaiono frasi ingiuriose contro il ministro e quattro giorni dopo è la volta di un consigliere leghista di Prato, che ancora su Facebook dedica alla Kyenge l'epiteto 'nero di seppia'. Prima dell'improbabile autodifesa: soltanto una zingarata.

Meno di una settimana dopo l'attacco viene ancora dal Carroccio. L'autore è il segretario lombardo Matteo Salvini. Il triste pretesto è la follia di Mada Kabobo, che uccide tre persone a picconate a

Milano. "I clandestini che il ministro di colore vuole regolarizzare ammazzano a picconate: Cecile Kyenge rischia di istigare alla violenza nel momento in cui dice che la clandestinità non è reato, istiga a delinquere".

Si scaglia contro il ministro dell'Integrazione, qualche settimana dopo, anche un consigliere Pdl del quartiere San Vitale a Bologna: "Meticcia sarà lei" - scrive Alessandro Dalrio su Facebook - commentando una visita in città della Kyenge. Ma, tra gli episodi più gravi, va senz'altro registrato il post di Dolores Valandro, consigliera leghista padovana che sempre su Facebook, il 13 giugno, riserva parole shock al ministro: "Ma mai nessuno che la stupri, così tanto per capire cosa può provare la vittima di questo efferato reato?". L'autrice sarà poi espulsa dal partito e condannata a 13 mesi per direttissima. Ancora più disarmante la sua giustificazione: "Non sono cattiva, era solo una battuta". Neanche le polemiche che si scatenano frenano però gli esponenti del Carroccio. Sette giorni dopo dalla pagina ufficiale Facebook della sezione della Lega di Legnano (Verona) parte un nuovo attacco alla Kyenge. Colpevole di aver definito gli immigrati una risorsa. "Se sono una risorsa... va a fare il ministro in Congo! Ebeta".

A metà luglio il caso più grave dal punto di vista istituzionale. E' il vicepresidente del Senato, Roberto Calderoli, a provocare un'indignazione politica bipartisan. "La Kyenge? Sembra un orango", dice alla festa leghista di Treviglio. Scosso il Quirinale, furioso il premier Letta, il Pd che chiede le dimissioni dell'ideatore del Porcellum. Inutile: Maroni condanna l'episodio, ma il partito non forza la mano e Calderoli resta al suo posto. Solo una battuta simpatica, ho telefonato per scusarmi" dirà l'interessato, prima di consegnare un mazzo di fiori in Aula al ministro. La retromarcia non gli evita di essere indagato per diffamazione e discriminazione razziale. Il caso arriva fino all'Onu che definisce scioccante l'affermazione del leghista. Reagisce la società civile e il fondatore di Eataly, Oscar Farinetti, dichiara: "Calderoli a Eataly non può entrare, per motivi di igiene".

Sembrerebbe abbastanza per consigliare anche ai più esagitati una pausa di riflessione. Ma quella leghista per la Kyenge è una vera ossessione. Due giorni dopo le offese del vicepresidente del Senato, è il segretario della Lega Emilia, Fabio Rainieri, ad attaccare: "Il ministro Kyenge è entrata in Italia da clandestina". Il 18 luglio è invece la volta di Agostino Pedrali, assessore al comune di Coccaglio (Brescia):

"Sembra una scimmia", scrive su Facebook. "Parassita" è invece l'insulto che le riserva Luciano D'Arco, consigliere indipendente (ma ex leghista) di Casalgrande, nel Reggiano.

Un climax che porta a un altro episodio inquietante: il lancio di banane contro il ministro intervenuto alla festa Pd di Cervia. "Uno schiaffo alla povertà" e "uno spreco di cibo" è la replica ironica della Kyenge, che riceve solidarietà bipartisan da tutto il mondo politico. Gianluca Pini, segretario della Lega in Romagna invita il ministro alla festa della Lega per provare a riportare il confronto su un piano civile, Terreno non congeniale a tutti. Se è vero che lo stesso giorno è un consigliere ex An di Prato, Giancarlo Auzzi, a scrivere su Facebook: "Banane? E' quello che si merita, un rappresentante di questo governo". Negli stessi giorni, un nuovo affronto leghista si registra a Cantù,

quando due consiglieri (e un terzo ex del Carroccio) lasciano l'aula del consiglio comunale all'arrivo del ministro.

"Maroni fermi gli attacchi contro di me", replica lei all'indomani, o non vado alla festa della Lega. Appello che resta inascoltato. Anzi un altro esponente leghista di prima linea, l'ex ministro Roberto Castelli, rincara la dose: "E' una totale nullità". Salta così l'incontro, ma non si fermano gli insulti. L'ennesima offesa da un componente della giunta di Lograto, centro del Bresciano: "Vaff... musulmana di m..", scrive su Facebook Giuseppe Fornoni. Ad agosto, infine, Matteo Salvini annuncia un referendum contro il ministero dell'Integrazione: "Inutile e da abolire".

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1621-kyenge-quattro-mesi-di-insulti-e-razzismo-la-vita-agra-del-primo-ministro-afro-italiano> - 27.08.2013

Cipro: gli immigrati vengono trattati come criminali, denuncia Amnesty International

Samantha Falcatori

Detenzioni illegali violano le leggi internazionali in materia di diritto d'asilo; immigrati siriani in sciopero della fame.

Centinaia di uomini e donne che fuggono ogni anno a Cipro in cerca di rifugio e asilo da guerre, persecuzioni e povertà sono bloccati dalle autorità dell'isola in violazione dei loro obblighi internazionali, denuncia Amnesty International in un nuovo rapporto dal titolo Punizione senza reato: detenzione di migranti e richiedenti asilo a Cipro. Il rapporto esamina le lacune del diritto e delle pratiche delle autorità cipriote che violano i diritti degli immigrati e dei richiedenti asilo.

Esso invita le autorità cipriote ad adeguare la legislazione del Paese agli standard internazionali. "La detenzione non deve essere uno strumento per gestire l'immigrazione. Le autorità cipriote violano consapevolmente il diritto internazionale e dell'Unione europea quando trattengono gli immigrati senza prendere in considerazione misure alternative e senza dimostrare che la loro detenzione è effettivamente necessaria", ha detto Jezerca Tigani, vice direttore di Amnesty International per Europa e Asia centrale. "Invece sembra essere routine il privarli della loro libertà, per mesi o perfino anni, non perché abbiano commesso qualche crimine, ma semplicemente per ottenerne l'espulsione anche nei casi in cui la loro espulsione è impossibile", aggiunge. La maggior parte è detenuta spesso in condizioni igieniche precarie, senza accesso a cure mediche adeguate e di solito senza la facoltà di contestare la

legalità della sua detenzione a causa della scarsità di patrocinio gratuito. In molti casi, le autorità cipriote si rifiutano di liberare le persone, anche nel caso in cui sia una Corte suprema a ordinare il loro rilascio. Alcuni richiedenti asilo rimangono in detenzione per tutto il periodo in cui vengono esaminate le loro applicazioni. Amnesty International è a conoscenza di casi in cui sono stati espulsi dei richiedenti asilo mentre il loro caso era ancora pendente davanti alla Corte suprema. La detenzione degli immigrati può essere applicata solo nelle circostanze più eccezionali, come prescritto dalla legge e dagli standard internazionali. Poiché questo non accade, centinaia di persone sono illegittimamente private ??della libertà, conclude Amnesty International.

Intanto, 25 rifugiati siriani detenuti al centro di Menogia da quasi tre mesi, hanno iniziato uno sciopero della fame per protestare contro il loro trattamento. L'organizzazione in difesa degli immigrati Kisa accusa il centro di ricorrere a "crudeltà psicologiche" per costringere gli immigrati a firmare un documento che attesta che vogliono volontariamente tornare in Siria. Essi vengono costantemente sorvegliati e detenuti in aree separate dagli altri. I detenuti protestano anche perché le loro visite sono rigidamente controllate, perché le linee telefoniche vengono disconnesse per non fargli usare i cellulari e perché spesso non vengono nutriti per un giorno intero e l'accesso all'acqua non è regolare.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1408-cipro-gli-immigrati-vengono-trattati-come-criminali-denuncia-amnesty-internationa> - 04.07.2013

L'Austria ai rifugiati: zitti o tornate a casa

Dei profughi pachistani sono stati rimpatriati per aver denunciato le terribili condizioni in cui erano costretti a vivere. Nonostante le denunce della chiesa, il governo democristiano non vuole rinunciare ai voti degli xenofobi.

Bartosz T. Wieliński

Questa spiacevole storia non sarebbe mai accaduta se gli immigrati clandestini pachistani, che hanno fatto richiesta di asilo all'Austria, se ne fossero stati semplicemente zitti. Pensando invece di trovarsi in un paese democratico, hanno deciso di chiedere di essere trattati dignitosamente. Invece di vegetare per anni in un campo profughi sovraffollato allestito a Traiskirchen vicino Vienna e di lavorare clandestinamente, nel novembre dell'anno scorso hanno organizzato una manifestazione contro le misere condizioni in cui sono tenuti.

La polizia è immediatamente intervenuta per disperderli, così si sono rifugiati in una chiesa, finché non hanno ottenuto accoglienza temporanea presso il monastero dei Serviti. Le autorità però non hanno dimenticato e domenica 4 agosto otto dei 40 pachistani coinvolti sono stati arrestati e rispediti immediatamente nel loro paese.

Gli attivisti austriaci che insieme alla chiesa cattolica aiutano i profughi pachistani hanno cercato in ogni modo di impedire che fossero rimpatriati. Uno di loro ha addirittura acquistato un biglietto per il medesimo aereo sul quale doveva essere rispedito in patria un pachistano e ha fatto di tutto per impedirne il decollo, ma è stato neutralizzato dagli agenti. Adesso la polizia se la sta prendendo direttamente con gli attivisti, il che è anche peggio. La settimana scorsa sono state arrestate tre persone con l'accusa di traffico di esseri umani, e la polizia ha perlustrato il monastero. Le autorità dicono che niente potrà fermare le deportazioni già programmate.

Per loro il rimpatrio forzato equivale a una condanna a morte, per mano delle forze di sicurezza o dei talebani

Non scriverei di tutto ciò nei minimi dettagli se non avessi avuto la possibilità di conoscere di persona i profughi pachistani del monastero viennese. Ho trascorso parecchie ore in loro compagnia ad aprile. Nei loro occhi c'erano paura e impotenza. La maggior parte di loro in Pakistan era impegnata nella difesa dei diritti umani ed è stata costretta a scappare. Per loro il rimpatrio forzato equivale a una condanna a morte, per mano delle forze di sicurezza o dei talebani.

I richiedenti asilo non sono riusciti a capire perché il governo austriaco consideri il loro paese natale un'oasi di democrazia. Perfino il ministro degli esteri austriaco, hanno fatto notare, aveva lanciato

avvertimenti ai turisti austriaci, invitandoli a tenersi alla larga dal Pakistan. Perché quando si è trattato dei profughi le autorità hanno detto che non sarebbero stati in pericolo e si sono preparati a rispeditarli indietro?

L'Austria senza alcun dubbio è un paese dove vige la legalità, che ha normative precise al riguardo degli immigrati. È anche vero che molti asiatici e africani arrivano in Europa per mere ragioni economiche, fingendo di essere perseguitati per motivi religiosi o politici.

Un paese piccolo come l'Austria non può accoglierli tutti. Eppure la legge non può essere applicata in blocco. Ciascun caso dovrebbe essere esaminato a sé, in modo debito. I profughi non sono bestiame. Oltretutto, da anni è risaputo che le condizioni di vita nei campi profughi austriaci sono scandalose.

Come selvaggina

Ma il governo non si è mai preoccupato delle critiche e adesso ha scelto il modo peggiore per gestire l'intera faccenda. Le deportazioni dei pachistani sono iniziate alla vigilia della campagna elettorale, nel periodo in cui il loro protettore, l'arcivescovo di Vienna Christoph Schönborn, era fuori dal paese e impossibilitato a intervenire in loro difesa. In questo contesto, le accuse secondo cui la coalizione tra Spö e Övp sta sfruttando la questione degli immigrati per prendere i voti dei populistici non sono sicuramente una sorpresa.

Non è soltanto in Austria che i profughi devono far fronte a condizioni terribili. In Grecia la polizia li insegue come fossero selvaggina. È noto che gli italiani hanno trasferito segretamente in Germania alcuni immigrati africani. Nel Regno Unito una recente campagna del governo ammonisce gli immigrati clandestini ad andarsene, pena essere sbattuti in prigione. In Polonia una televisione pubblica alcuni giorni fa ha mandato in onda un programma che dimostra che i centri di detenzione per i rifugiati sono vere e proprie prigioni.

Parlando un mese fa dall'isola di Lampedusa, dove migliaia di "boat people" africani trovano temporaneamente rifugio, Papa Francesco ha detto di voler convincere i cattolici a cambiare atteggiamento nei confronti della tragedia dell'immigrazione, perché siano trattati come esseri

umani bisognosi. Quanto tempo ci vorrà prima che l'Europa dia davvero ascolto alle sue parole?

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/1566-l-austria-ai-rifugiati-zitti-o-tornate-a-casa> - 15.08.2013

Francia: violenza contro la comunità musulmana in aumento, denuncia il comitato contro l'islamofobia francese

Le forze politiche e i media hanno grande responsabilità per la costante retorica razzista con cui affrontano la problematica.

Attacchi e insulti contro i musulmani sono aumentati considerevolmente in Francia negli ultimi anni, anche a causa del fatto che alcuni politici e media presentano sempre più l'Islam come un problema per la società francese, denuncia un gruppo di difesa dei diritti dei musulmani. L'ostilità sorge soprattutto quando l'Islam è al centro delle notizie, spiega il Comitato contro l'islamofobia in Francia (Ccif). Il Ccif ha ben accolto la decisione del Parlamento europeo di revocare l'immunità alla leader di estrema destra Marine Le Pen in modo che possa essere processata con l'accusa di razzismo per aver paragonato i musulmani che pregano in strada all'occupazione nazista della Francia.

Il gruppo dichiara, nella sua relazione annuale, che gli atti anti-islamici sono saliti a 469 l'anno scorso, dopo i 298 nel 2011 e 188 nel 2010. Gli attacchi contro le moschee sono quasi raddoppiati (40 casi registrati) nel 2012 rispetto al 2011. L'aumento riflette le tendenze rivelate anche da altri recenti studi che hanno notato livelli crescenti di antisemitismo e

razzismo in Francia. Il presidente del Ccif, Samy Debah, ha detto che alcuni politici fanno della retorica anti-musulmana un luogo comune. Si stima che ci siano 5 milioni di musulmani in Francia, la più grande minoranza islamica in Europa, ma essi sono scarsamente rappresentati nella politica e negli affari.

Il rapporto individua nelle istituzioni pubbliche della Francia "uno dei principali vettori di islamofobia", perché i burocrati, spesso interpretando in maniera esacerbata le politiche laiche ufficiali, rifiutano alle donne musulmane di portare il velo. Per legge, infatti, i dipendenti pubblici e delle scuole statali non possono portare il velo. Il rapporto denuncia che alcuni funzionari hanno addirittura rifiutato di celebrare matrimoni civili perché la donna in questione copriva i capelli. Il Ccif spera che vengano condotte adeguate indagini sull'infelice paragone dell'onorevole Le Pen che, se trovata colpevole di incitamento all'odio razziale, si troverebbe ad affrontare una pena massima di un anno di carcere e 45.000 euro di multa.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1444-francia-violenza-contro-la-comunita-musulmana-in-aumento-denuncia-il-comitato-contro-l-islamofobia-francese> - 12.07.2013

Immigrati. New York Times: Cei sono crudeli

"I centri di accoglienza in Italia sono crudeli": è la denuncia di alcune ong, citate dal New York Times, che dedica un lungo articolo ai Cie (Centri identificazione espulsione), in particolare quello di Ponte Galeria, alle porte di Roma, la cui differenza con una prigione è solo "semantica". "Un'alta barriera di metallo divide le file di caserme in unità individuali, chiuse a chiave la notte, quando i cortili in cemento vengono illuminati a giorno", è la descrizione del centro di Ponte Galeria, uno degli 11 Cie che in Italia "ospitano" per alcuni mesi gli immigrati senza lavoro o il cui permesso di soggiorno è scaduto. Ci sono ovviamente le videocamere di sorveglianza e alcune guardie sono in tenuta antisommossa, scrive l'autrice dell'articolo Elisabetta Povoledo. "I detenuti possono muoversi in aree delimitate durante il giorno, ma sono obbligati a indossare le ciabatte o scarpe senza lacci,

così da non farsi male o non fare male agli altri", prosegue la giornalista, secondo la quale dopo una rivolta nell'ala maschile gli oggetti contundenti, comprese penne, matite e pettini, sono stati vietati. Centri simili a questi, in Italia come in Europa, sono sempre più oggetto di critiche feroci da parte delle organizzazioni per i diritti umani: "Sono luoghi, non-luoghi, dove non c'è interazione con la società italiana, che è a malapena a conoscenza della loro esistenza", ha denunciato Gabriella Guido, coordinatrice nazionale di LasciateCIEntrare, una delle molte associazioni che lottano per chiudere i centri. "Sono un deserto politico e culturale che fanno notizia solo quando ci sono delle rivolte", ha aggiunto.

Fonte: <http://www.csem.org.br/csem/noticias/1265-immigrati-new-york-times-cei-sono-crudeli> - 05.06.2013

“Parlare civile”, un vademecum per comunicare senza discriminare

Ci sono parole che confondono, mistificano, discriminano e offendono, contribuendo a reiterare, attraverso il linguaggio, ineguaglianze e ingiustizie presenti nella società. Parole come “handicappato”, “disturbato”, “clandestino”, “vu’ cumprà”, “negro”, “zingaro”, “barbone”, “gentil sesso”, “delitto passionale”, che vengono usate non soltanto nella vita di tutti i giorni ma anche dai giornalisti di televisioni, radio e giornali. Parole che pesano come macigni nel sistema dell’informazione, spesso senza che ci sia nemmeno consapevolezza da parte di chi le usa.

Per colmare quest’ignoranza diffusa è arrivato “Parlare civile”, un vademecum curato dall’agenzia di stampa Redattore sociale. Sulla scia di altri due testi, “Parole sporche” di Lorenzo Guadagnucci, tra i fondatori di “Giornalisti contro il razzismo” e “Lessico del razzismo democratico” di Giuseppe Faso, “Parlare civile” è stato pensato per spiegare perché certi termini sono sbagliati e discriminatori. Una pubblicazione per nulla scontata, considerando che il dibattito sui termini più adeguati per rispettare la dignità delle persone in Italia è ancora arretrato rispetto al resto d’Europa.

Per chi ritiene che il discorso sull’utilizzo corretto della lingua sia una questione di lana caprina – o di stucchevole politically correct – è fondamentale la scheda dedicata alle “persone disabili” (o “con disabilità”) che vengono spesso chiamate erroneamente “handicappate”. Si ignora, infatti, che l’handicap deriva dal contesto mentre il deficit è proprio della persona. Come spiega Franco Bompreschi, giornalista e scrittore che si occupa di disabilità, disabile lui stesso: “Io che sono su carrozzina, entro in un bar per bere un Martini e incontro all’entrata tre gradini. In questo caso il mio deficit resta invariato, mentre il mio handicap aumenta. Se invece di fronte al bar trovo una rampa, il mio deficit resta sempre uguale a differenza del mio handicap, che diminuisce. Ma c’è dell’altro. Quando entro nel bar, tutti si girano a guardarmi con gli occhi pieni di curiosità. Anche in questo caso il mio deficit resta invariato, ma ora vi chiedo: l’handicap di chi è? Solo di chi guarda, che non sa come rapportarsi con me e il mio deficit. Tutto ciò apre una riflessione interessante: il deficit è solo mio, l’handicap coinvolge tutto il contesto intorno a me”.

Cambiando ambito, un altro termine da non usare è quello di “badante”. La paternità dell’appellativo pare sia di Umberto Bossi (che certo non ha mai brillato

per spirito di integrazione) e risale al 1989. Prima di allora, spiega l’Accademia della Crusca, “badante” era usato per indicare chi accudiva gli animali: greggi, oche, vacche, vitelli. Il termine ha ancora lo stesso significato in lingua sarda. Per questo è stato rifiutato da Acli colf, associazione che da oltre sessant’anni si occupa della tutela delle lavoratrici domestiche ed è stato bandito, nel 2007, dal contratto di lavoro nazionale. “Secondo questa prospettiva, badante sarebbe una qualifica deumanizzante e degradante – si legge in “Parlare civile” – tanto che la Regione Toscana ha rifiutato il termine per definire il lavoro di cura alla persona, preferendo quello di “assistente familiare”.

Da bandire anche l’uso di “delitto passionale” o “omicidio passionale” (ma anche “pista e movente passionale”), che uniti a “dramma della gelosia”, “amore malato” e “raptus di follia” sono le espressioni con cui più spesso il giornalismo racconta la morte delle donne per mano della violenza maschile. Si tratta di parole che evocano il delitto d’onore compiuto dagli uomini per punire le condotte “disonorevoli” delle donne, che poteva godere delle attenuanti contenute nel Codice Rocco, abrogato soltanto nel 1981. Secondo il manuale, quando le donne sono uccise in base a un movente di genere, cioè uccise in quanto donne, si deve parlare semplicemente di “femminicidio”, una categoria politica e giuridica sempre più utilizzata dalla criminologia e da organismi come le Nazioni unite, l’Unione europea, il Consiglio europeo.

Nonostante venga usato con particolare frequenza, il termine “barbone” è dispregiativo e stigmatizzante. Anche “clochard” è da evitare perché “viene usato per ingentilire e suggerisce lo stereotipo di vivere sotto i ponti per scelta romantica ma la realtà è nella stragrande maggioranza dei casi molto diversa”. Seguendo gli standard linguistici internazionali, si dovrebbero usare termini come “senza tetto”, per chi la notte non ha niente sulla testa e quindi dorme per la strada, su una panchina o alla stazione e “senza dimora” per chi trova ospitalità in un dormitorio o comunque ha una sistemazione precaria.

In tutto i termini-chiave di “Parlare civile” sono 25, inseriti in 8 aree a rischio discriminazione: disabilità, genere e orientamento sessuale; immigrazione, povertà ed emarginazione; prostituzione e tratta; religiosi; rom e sinti; salute mentale.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/1350-parlare-civile-un-vademecum-per-comunicare-senza-discriminare> - 25.06.2013

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES